

memória CULT

Ouro Preto - MG - Brasil - Ano 1 - nº 04 - julho de 2011



Medalha das Águas

São Lourenço-MG
“A capital brasileira do
Meio Ambiente”

História

Os 300 anos das
Vilas do Ouro, por
Roque Camêllo

Entrevista

Luiz Fernando de
Almeida, cuidador do
Patrimônio Histórico



Festival Inverno^{de}


São Lourenço - Minas Gerais



De 14 a 24 de
Julho de 2011

Shows • Workshops • Oficinas
Exposições • Teatro • Sustentabilidade

www.festivaldesaolourenco.com.br

Patrocínio

Produção

Apoio

Realização



ADMINISTRAÇÃO
2009 - 2012



Ministério da
Cultura

*E*ditorial

Com grande satisfação apresentamos a quarta edição desta **Memória Cult**, que tem, logo em seu início, a entrevista com Luiz Fernando de Almeida, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), discorrendo sobre o passado, o presente e o futuro da preservação do rico e singular – e ao mesmo tempo, plural – patrimônio nacional.

Dá sequência à entrevista artigo de Roque Camêllo, historiando o surgimento das três primeiras Vilas das Minas Gerais, a sua primaz Mariana, Vila Rica e Sabará, esta última tema da capa desta edição. Acompanham o texto as inéditas imagens da Moeda em homenagem aos 300 anos de Ouro Preto e as imagens da Medalha da Casa da Moeda do Brasil reverenciando as efemérides de fundação das três Vilas primeiras de Minas, junto ao Edital de nossa autoria que acompanha a Medalha comemorativa.

Como em contraponto ao preservacionismo, a bela e marcante arquitetura da antiga Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Minas Gerais, demolida com ímpar agilidade no serviço público, para a construção do atual edifício fazendário na Capital e que sedia as repartições do órgão no Estado, conforme nos apresenta Ivo Porto de Menezes.

A seguir, o prefeito de Ouro Preto, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, comenta o trabalho fotográfico magistral de Alexandre Martins, em perfeita coreografia com o texto de Jairo Braga Machado, que nos brinda com a fantástica linguagem dos sinos de São João del-Rei.

Para o perpétuo registro histórico e elo de ligação com a edição anterior desta **Memória Cult** especial sobre a Inconfidência Mineira e pioneira na divulgação da primeira imagem de um Inconfidente, Marcos Paulo de Souza Miranda dá continuidade à biografia de nossos heróis. Marco Aurélio Baggio, com o icônico Rio São Francisco de Guimarães Rosa, falando de águas, ressalta nossas Minas.

Finalmente, a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, já conhecida como a “Medalha das Águas”, pereniza São Lourenço como a “capital brasileira do meio ambiente”, nas palavras do governador Antonio Anastasia, que para a cidade praticamente transferiu o executivo estadual, no dia 20 de março de 2011, juntando este aos poderes legislativo, judiciário, militar e religioso na bela estância sul mineira.

Boa leitura.



Eugênio Ferraz*

Diretor executivo da **Memória Cult**

*Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do IHG.MG e da Arcádia de MG; Coordenador Executivo do Sistema de Museus de Ouro Preto, é o Superintendente do Ministério da Fazenda em MG e Coordenador Executivo do Fórum de Dirigentes Federais em MG

Sumário



41 Festa das Águas



12 Encontro com a História

- 06 Artista da Capa**
Rubens Vargas da Costa
- 07 Em defesa do patrimônio**
Luiz Fernando de Almeida fala sobre o patrimônio histórico nacional
- 11 Homenagens**
Casa da Moeda lidera homenagens às três primeiras Vilas de Minas
- 21 Lembrança arquitetônica**
O belo prédio que abrigou o Tesouro Nacional em Belo Horizonte
- 26 Ensaio**
Uma sonata em luz e sombra na arquitetura barroca
- 28 Os sinos badalam**
O tombamento da linguagem dos sinos
- 33 Continuando a Inconfidência**
Biografia de outros Inconfidentes degredados
- 36 Navegar é preciso...**
A história do Grande Rio no Grande Sertão...

*E*spaço do leitor

Envie críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista:
memoriacult@gmail.com e/ou
memoriacult.revista@gmail.com

A **Memória Cult** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Em nome da AMIRT, venho agradecer o envio da revista **Memória Cult**. Tenho o prazer de parabenizar-lhe, bem como sua equipe e todos os articulistas pelo alto nível das matérias publicadas, primando pela transmissão irrepreensível do conhecimento profundo dos temas, o que muito chamou minha atenção. Que o sucesso seja mais um ponto de incentivo para que possamos degustar de publicações prazerosas e inteligentes como a linha editorial da **Memória Cult**.

Agostinho de Rezende Campos

Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão de Minas Gerais

Aproveito a oportunidade para renovar minha admiração pela excelente revista publicada, a **Memória Cult**.

Celso Falabella de F. Castro
Presidente Emérito do IHG.MG

Recebi as revistas **Memória Cult** e gostei muito. Agradeço pela boa leitura de excelente nível que tem o mérito de lançar luzes sobre fatos e personagens, valorizando a história de Minas Gerais para o Brasil. A revista é um prazer para quem produz e para quem lê. Oferece-nos uma leitura de bom nível, tanto literário como fotográfico, excelentes artigos, tenho absoluta certeza de seu sucesso.

Edson Fernandes Gonçalves

Advogado, especialista em Direito imobiliário e de família

O conteúdo excelente, bastante informativo, em linguagem moderna e comunicação direta, servindo às diferentes clientelas, seja ao público comum ávido por conhecimentos, ou ao acadêmico mais severo; a apresentação não poderia ser melhor, impressão de primeira qualidade, fotografias e texto bastante equilibrado. Por tudo isso parabenizamos e, entusiasmados, concitamos a continuação sem mudanças, desse sucesso da **Memória Cult**.

Adilson Cezar

Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba

Expediente

Ouro Preto, Minas Gerais – Brasil - Ano I – Nº 04 – julho de 2011

Diretor Executivo | Eugênio Ferraz
Reg.: 8.172-MG

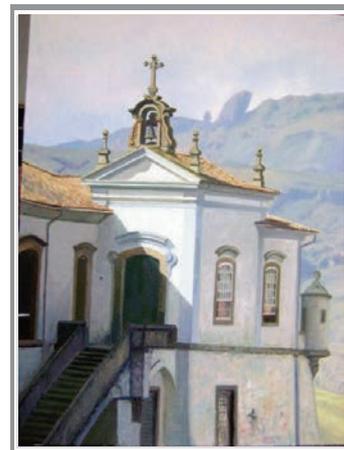
Editor | Fernando Junqueira

Projeto Gráfico | Flávio Peixe

As manifestações expressas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Revisão Ortográfica: Acácio Cândido da Silveira Santos | Foto do quadro da Capa: Eugênio Ferraz

Página do artista



Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará, uma das 3 primeiras Vilas de Minas Gerais

Rubens Vargas dos Reis

Nasceu em Curvelo, Minas Gerais, no ano de 1948. É autodidata na formação, mas, no período de 1980 a 1985, aperfeiçoou-se com os mestres Alberto de Oliveira e Edgar Walter. Rubens é conhecido como o “pintor do entardecer”, sua especialidade e tema predileto. De alma interiorana, reside na capital mineira, Belo Horizonte, sem nunca perder-se de suas raízes mais puras, revisitando as paisagens da infância por meio de seu idílico cromatismo e prodigiosa memória. Tem suas telas comercializadas em vários estados do país, e figura em coleções particulares no Japão, EUA, Alemanha, Bolívia, Venezuela e Uruguai.

Fotos: Arquivo pessoal



Em defesa do Patrimônio

por **Fernando Junqueira***

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA assumiu a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2006, quando foi convidado pelo então ministro da Cultura Gilberto Gil para o cargo. O ministro delegou-lhe a missão de discutir e elaborar as políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil, bem como de chefiar a delegação brasileira no Comitê do Patrimônio Mundial.

Foto: Arquivo pessoal



“ *A maior parte dos problemas ou dos desafios de preservação, por exemplo, do patrimônio construído brasileiro é de imóveis de propriedade privada.* ”

“ **Há uma imaterialidade nos processos de proteção do patrimônio material, como por exemplo, o conhecimento dos processos e sistemas construtivos ou a vida que dá sentido para aquele bem.** ”

Luiz Fernando estudou arquitetura em Campinas, onde esteve envolvido na discussão dos conceitos que delimitam o processo de preservação do patrimônio cultural no país. Desde então, o tema passou a constituir o foco de sua prática como professor de História da Arquitetura. Em paralelo, trabalhou com a coordenação de eventos públicos de caráter cultural. Mais tarde, dirigiu, na capital paulista, a Unidade Executora de Projetos do Programa Monumenta, o programa de recuperação de sítios urbanos históricos empreendido pelo Ministério da Cultura, desde 2000, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Unesco. Em 2003, passou a ocupar a Coordenação Nacional do Programa, em Brasília.

Em entrevista concedida por email à **Memória Cult**, o presidente do Iphan alerta que o modelo clássico de preservação não se sustenta mais, atribui a pouca preocupação dos brasileiros à marginalidade da cultura no país e classifica os patrocinadores de políticas de preservação como institucionalmente mais responsáveis com a sociedade brasileira.

A defesa do patrimônio histórico não parece ser uma grande preocupação para boa parte da população. Como mudar isto?

Não parece ser uma grande preocupação, na mesma medida que a cultura ainda é uma política marginal no setor público brasileiro. O que se perde com isto? A explicitação do que se perde com isto, pode ser, na minha opinião, a resposta que precisa ser dada ou a sensibilidade que precisa ser acessada ou construída para mudar isso.

A sociedade civil já participa de forma significativa nos processos de tombamento e de preservação?

A atribuição de valor deve ser um processo de construção coletiva, quanto mais legitimidade social no ato de proteção mais forte ou eficaz será a possibilidade de preservação do bem ou dos processos culturais. A construção da ideia de participação mais representativa nas ações governamentais tem no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural uma referência de ineditismo. O Conselho do Iphan é o primeiro na história do estado brasileiro a contar com a participação de representantes da sociedade civil.

A preservação ainda é o grande desafio de participação. A maior parte dos problemas ou dos desafios de preservação, por exemplo, do patrimônio construído brasileiro é de imóveis de propriedade privada.

O tombamento do patrimônio consolidou-se ao longo dos anos como preservação do passado para o presente e o futuro. O patrimônio imaterial, por outro lado, continua se manifestando e mesmo se transformando – sendo ele uma expressão viva. Assim, quais são as peculiaridades da forma de avaliação e de preservação do patrimônio imaterial com relação ao clássico processo de preservação?

O clássico processo de preservação não se sustenta mais. Há uma imaterialidade nos processos de proteção do patrimônio material, como por exemplo, o conhecimento dos processos e sistemas construtivos ou a vida que dá sentido para aquele bem. Da mesma maneira que há uma materialidade nos processos de registro do patrimônio imaterial, que

também se convertem em políticas de proteção da materialidade que dá suporte para aquela expressão ou modo de fazer o bem cultural.

A minha aposta é que as metodologias e abordagens que tiveram tempos históricos diferenciados se aglutinem, se reorientem na medida em que o problema seja o território, em que a política pública se debruce sobre o território, a paisagem. Não vejo mais espaço para qualquer política pública consistente dentro da sua exclusividade ou setorialidade.

Minas Gerais possui um acervo histórico riquíssimo e diferenciado. Quais são os desafios do Iphan no estado?

Minas é uma das matrizes culturais brasileiras e detém parte significativa do acervo protegido do país. Isto não significa a ausência de problemas – são muitos. No campo mais genérico e conceitual o acervo de Minas ainda é muito limitado à enorme expressão do barroco e do rococó nas nossas terras. Precisamos compreender o processo civilizatório mineiro nas suas diversas dimensões. Todos os lugares possuem patrimônio; o desafio da política de patrimônio é romper a ideia de excepcionalidade, e isto é mais difícil em Minas onde há a expressão mais contundente da arte colonial brasileira. Ainda dentro da generalidade, o patrimônio deve ter algo a dizer, ou melhor, paramentar os processos de desenvolvimento. Todos os rios devem ser represados? Todos os territórios serão loteados? As fábricas se instalarão em todos os lugares? Na minha opinião, a política de patrimônio deve contribuir na definição e elaboração destes valores. Trata-se afinal de uma política de valores! Minas pode ser uma referência para o Brasil!

É sabido que o rigor exacerbado leva, eventualmente, as pessoas a ignorarem a legislação, como em casos clássicos de radicalismos pontuais do Iphan. Como a direção do órgão vem atuando nessas situações?

Discussão de valores leva sempre a um campo de prevalência de subjetividade se não se explicitam de antemão os tais valores e critérios. Herdamos uma época e uma atuação do Iphan, principalmente nos estados pioneiros, como Minas Gerais, onde diante da premência de proteção do patrimônio muito se fez, porque era necessário fazer, e por isto Minas detém o seu patrimônio sem regras explícitas do que se pode ou não fazer. A legislação de proteção do patrimônio cultural antecedeu o desenvolvimento da legislação ambiental e urbana no país. Hoje estamos trabalhando para diminuir o grau de subjetividade nos processos, investindo em normativas, na compatibilização das legislações e na construção coletiva das leis. Além disto, todos que se sentirem incomodados ou inconformados com decisões locais do Iphan podem recorrer nas instâncias de recurso que estão na direção nacional.

De que forma o Iphan convive com o aumento de pressões externas, como os interesses particulares que se contrapõem a crescente atuação do Ministério Público?

A razão que nos move é a ideia de que há um interesse comum, coletivo, que se sobrepõe ao individual. Neste aspecto, nossa ação e a do Ministério Público têm a mesma base. O Ministério Público é parte fundamental da construção institucional do nosso estado democrático .

“ A legislação de proteção do patrimônio cultural antecedeu o desenvolvimento da legislação ambiental e urbana no país. Hoje estamos trabalhando para diminuir o grau de subjetividade nos processos

“ *Que país do mundo possui centros históricos tão preciosos em estado de arruinamento como os que nós possuímos em São Luis ou em Salvador?* ”



Como o senhor avalia o orçamento do Iphan no atual cenário de escassez de recursos para a cultura?

Ainda que o orçamento do Iphan tenha crescido nos últimos anos, e isto se verifica na maior atuação da instituição, ele ainda é muito pequeno diante dos desafios de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Que país do mundo possui centros históricos tão preciosos em estado de arruinamento como os que nós possuímos em São Luis ou em Salvador? Por outro lado, a política de patrimônio tem uma natureza transversal nas políticas públicas. O Ministério da Educação precisa cuidar dos seus bens culturais, as secretarias de estado e dos municípios também. Isto é um exemplo. Se o conceito de patrimônio mudou, tornou-se amplo, a execução da política de proteção deve ter a mesma dimensão.

Grande parte dos recursos de Lei Rouanet destina-se a eventos de grande porte, que proporcionam maior visibilidade aos patrocinadores. A forma atual de captação e aplicação desses recursos públicos desestimula destinações para a área de restauração e preservação dos bens tombados?

Acho que são problemas distintos. De um lado, a necessidade de, ao se tratar de recursos públicos, as ações de patrocínio vincularem-se às políticas públicas; de outro, a posição do patrimônio. No caso do patrimônio, ele dialoga com quem tem políticas sociais e institucionais mais responsáveis e comprometidas com o povo brasileiro.

O que se pode esperar do Iphan nos próximos anos?

O que posso dizer é que sinto e direciono a instituição para compreender o processo civilizatório brasileiro de forma competente e capacitada para disputar valores na sociedade, no sentido de fazer valer a ideia de que o desenvolvimento deve ter parâmetros que não somente seus indicadores econômicos, mas acrescidos de valores humanistas na direção, no sentido de que nós, brasileiros, de fato possamos cumprir o nosso papel, que eu acredito singular entre as nações.

* Editor da **Memória Cult**

Homenagem

A Casa da Moeda do Brasil inclui em seu calendário medalhístico anual a emissão referenciando as três Vilas primeira de Minas. Abaixo as imagens e, ao lado, o edital respectivo.

Tricentenário das Vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará



S/E



S/E

Anverso
No centro, em destaque, as legendas: Mariana | Ouro Preto | Sabará e as eras 1711-2011. Abaixo, imagem da Casa dos Contos de Ouro Preto, antiga Casa da Moeda e na orla a legenda TRICENTENÁRIO DAS VILAS, intercalada pelos florões, decorativos da Casa dos Contos.

Reverso
Composição com as edificações representativas das cidades homenageadas, acompanhadas das suas respectivas legendas: "MUSEU DA INCONFIDÊNCIA", "IGREJA DE NOSSA SENHORA DO Ó" e "CASA DE CÂMARA E CADEIA". As imagens são emolduradas por elementos decorativos dividindo a composição em três áreas iguais.

Anverso: criação e modelagem, Erika Takeyama
Reverso: criação e modelagem, Fernanda Costa



Sabará
Mariana
Ouro Preto

Estrada Real

Medalha 05 | 2011

Presenteie com medalhas.
Uma lembrança sempre culta, moderna, inteligente e requintada.

Tricentenário das Vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará

Em 2011 comemoram-se os 300 anos de elevação a Vila, respectivamente, de Mariana, a antiga Ribeirão do Carmo, de Vila Rica, a hoje Ouro Preto e de Sabará - a antes Sabarabussu - as chamadas **Vilas do Ouro das Minas Gerais**.

Mariana, a primeira cidade, primeira também no traçado urbano, a primeira capital de Minas, eternizou-se na memória do Estado como a primaz de Minas Gerais.

Ouro Preto, a original **Vila Rica** de Nossa Senhora do Pilar, primeira cidade brasileira elevada a patrimônio histórico no país, simboliza, para o Brasil e para o mundo, a pujança econômica propiciada pela riqueza aurífera da região no século XVIII, o chamado Ciclo do Ouro, cujo fastígio da riqueza mineral deixou sólidas marcas na cultura nacional.

Sabarabussu, depois **Sabará**, eternizada pelas Bandeiras, entre as quais a de Borba Gato, representa para Minas suas origens, pois, no povoado primitivo, de demarcação indígena, foi iniciada a ocupação do território mineiro.

Indelévels marcas do período, decorrentes da singular e grandiosa economia que moveu o mundo à época, as esplêndidas esculturas do **Aleijadinho** - o Patrono das Artes no Brasil -, os poemas e sátiras de Cláudio Manoel da Costa e de Tomás Antonio Gonzaga, e as pinturas de Manoel da Costa Ataíde, também forjaram em Minas a essência da nacionalidade brasileira a partir da Guerra dos Emboabas e, sobretudo, pela **Inconfidência Mineira** liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Patrono Cívico Nacional - o **Tiradentes**.

Nas Minas Gerais as tricentenárias Vilas de Mariana, Sabará e Vila Rica, a esplêndida Ouro Preto da atualidade, cidade que motivou a preservação do Patrimônio Histórico Nacional, e sede do lançamento da medalha da **Casa da Moeda do Brasil** alusiva ao tricentenário das três Vilas primeiras de Minas Gerais, com suas histórias, traduzem um dos mais importantes períodos da evolução civilizatória do Brasil.

Eugênio Ferraz

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de MG e membro da Arcádia de Minas Gerais.

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE

A Casa da Moeda certifica haver cunhado - em número limitado - a medalha comemorativa do **Tricentenário das Vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará**, em ouro, prata e bronze, tendo sido os cunhos descaracterizados após a cunhagem da última medalha.

CARACTERÍSTICAS

Espécie:	Ouro	Prata	Bronze
Diâmetro:	50±0,2mm	50±0,2mm	50±0,2mm
Peso:	100±0,50g	64±0,64g	55±1,65g
Título:	900	900	-
Emissão:	4	120	100


Luís Felipe Denucci Martins
Presidente

O Banco Central do Brasil também homenageia Ouro Preto, patrimônio histórico da Humanidade - Unesco, unindo-se ao Ministério da Fazenda em MG e à CMB no lançamento, da moeda ao lado, na Casa dos Contos de Ouro Preto, iniciando as comemorações do Tricentenário.



Encontro com a História

Tricentenário das Primeiras Vilas

por **Roque José de Oliveira Camêllo***

Minas Gerais, o Estado que não teve infância, entrou para a História quase dois séculos após o descobrimento do Brasil. Esta porção brasileira veio se mapear adulta a partir das forças e sonhos advindas de terras paulistas, baianas e de outras plagas. O Brasil era o país do Oceano Atlântico.

Nossas montanhas e vales ainda não eram vistos porque distantes muitas léguas das águas salgadas. Eis que alguns corajosos se embrenharam pelos territórios de ninguém, fazendo acontecer o novo tempo. O Século XVII caminhava para seu término quando se confirmaram as notícias da existência do ouro, do diamante e outras pedras preciosas em sítios nunca antes pisados pelos colonizadores.

Como é comum em situações semelhantes, fluxos migratórios em escala impensável, em curtíssimo espaço de tempo, ocuparam o território, hoje representado pelo Quadrilátero Ferrífero, com expansão um pouco mais tarde para Diamantina, Datas, Serro, e assim por diante. Fixemo-nos, porém, naqueles primeiros momentos e naquela região dominada pelo Itacolomy.

De princípio, o pequeno Portugal era dotado de uma vocação expansionista extraordinária, já navegando pelo mundo e com uma capacidade de miscigenação e plasticidade social ímpar. Sua longa convivência com os mouros e com os povos da África dava-lhe as melhores condições para colonizar as áreas abaixo da linha do Equador e, de certo, compor com os nativos.



Nos primeiros dois séculos, pode-se dizer ter havido um razoável êxito em seu projeto agrário, lastreado principalmente na economia açucareira, do pau-brasil e de alguns outros produtos. Não se registrava valor agregado a tais ramos econômicos, mas serviam para manter a presença de Portugal no comércio internacional. No entanto, toda economia tem seus ciclos e a descoberta dos metais preciosos nas ditas minas provocou, por assim dizer, quase um rompimento com o statu quo vigente. Dessa forma, se deu o fenômeno social e econômico mais típico e importante da época colonial.

O povo que se formou é a resultante dos embates dos muitos encontros de grupos étnicos acentuadamente diversos, carregando culturas heterogêneas. Nesses territórios de montanhas e vales, se entrelaçaram com o tempo pela força do convívio e das necessidades recíprocas. Era um universo a constituir, uma sociedade, embora complexa e pluralista, que rumava na direção do sentimento democrático. O passar do tempo provaria esta verdade.



O Século XVIII fez de Minas o centro econômico e cultural da colônia. O ouro que exerceu tanta influência, inclusive na economia da Europa, foi o elemento propulsor do povoamento e da estruturação da Capitania de Minas Gerais. Além de gerar resultados materiais, produziu outros fatores que redundaram nas mais diferentes manifestações artísticas e culturais, surgindo um Aleijadinho, um Athayde, um Lobo de Mesquita, escritores, eclesiásticos, monumentos religiosos e civis, tudo a construir um barroco genuinamente mineiro e um jeito próprio de ser, enfim, a moldura de um panorama no qual se fermentava o sentimento de liberdade.

Deslocamento do Eixo Econômico

Com o deslocamento do eixo econômico do litoral para o interior na busca das novas riquezas, expandiram-se nossos limites muito além do prescrito no Tratado de Tordesilhas. Não fosse a ação bandeirante, o território nacional não seria o de hoje. Há que se creditar, portanto, a essa destemida ousadia, sobretudo dos vindos da então pequenina São Paulo e de Taubaté, o nascimento das Minas Gerais.

Muitos nomes se tornaram pilares da História naqueles idos, como André Leão, Lourenço Castanho Taques, Fernão Dias Paes, Matias Cardoso, Antônio Dias, João Lopes de Lima, Bento Rodrigues, Antônio Pereira, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Era a grande cruzada para superar terríveis obstáculos como transpor a Serra da Mantiqueira, vencer os belicosos cataguases, passar pelos caudalosos Rios Paraopeba e das Velhas, tudo isto para alcançar os ribeirões que lhes presentearam o ouro.

E compensaram-se ainda com as muitas catas, veios auríferos em profusão e grupiaras. Como consequência, deu-se, jamais visto antes, um fluxo migratório tão rápido que provocou um êxodo da população litorânea na direção das minas. O ouro seduziu nesse sentido milhares de pessoas entre brancos, negros, índios, plebeus e afortunados, religiosos, emboabas, paulistas e estrangeiros.

Este movimento trouxe inevitavelmente a introdução à vida urbana, sendo a mineração sua força motriz e primeira, o que se consolidou na sequência de três séculos, pois, são, na atualidade, mais de quatrocentos municípios mineradores

no universo de 853. É evidente que, se fizermos um salto para o presente, vamos encontrar um Estado pujante na sua economia amplamente diversificada com uma infraestrutura consolidada e favorável ao desenvolvimento sustentável. Minas Gerais é, hoje, um dos pilares da nossa economia, contribuindo substancialmente para o PIB brasileiro.

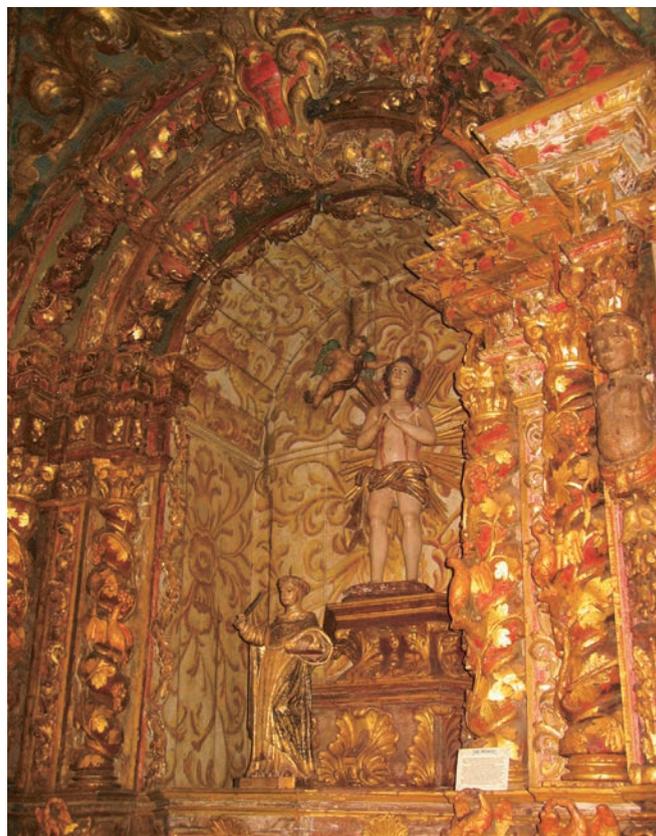
A propósito, participa com 35% de toda produção mineral do país. Em se tratando do minério de ferro, o tributo recolhido é de apenas 2% sobre o líquido obtido quando da venda do extraído, ficando para os municípios mineradores 65% deste percentual. A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG – mantém uma luta homérica para ampliar estas taxas para que se compensem mais razoavelmente os inevitáveis danos à natureza provocados pela atividade mineradora e pelo fato de que minério não dá duas safras além dos problemas sociais que surgem do contexto. Para justificar o percentual de apenas 2% de tributação, invoca-se a questão da competitividade no mercado internacional. Se tem a defender tal premissa, que a União e o Estado se façam mais presentes com substanciais investimentos nos municípios mineradores como forma de compensação.

Aquela incipiente vida urbana exigiria, como de fato aconteceu, uma certa estruturação administrativa regional com a imposição de um código de convivência. Como havia uma diversificação acentuada entre pessoas de toda a parte, a assimilação das diferenças nem sempre acontecia plena e pacificamente. Os agrupamentos humanos comumente geram conflito. Daí, a indispensabilidade da presença da autoridade sob a regência da norma. E logo se instalou a primeira grande beligerância.

A Guerra dos Emboabas: Manifestação Nativista

Os bandeirantes, sedentos do ouro, não eram afeitos ao trabalho das minas e as jazidas a que tinham direito, como explicitava a Carta Régia, de 18 de março de 1694, foram sendo abandonadas e apropriadas pelos forasteiros, apelidados de emboabas que dispunham de africanos experientes em mineração. Formou-se, assim, um outro contingente aquinhoadado com o ouro. Distantes do centro régio, pois a Metrópole não os controlava, passaram a aplicar suas próprias normas. Posicionaram-se em campos opostos os bandeirantes e os emboabas. Enquanto aqueles não perdiam suas características feudais, estes arrancavam o metal precioso da terra não se interessando por títulos ou privilégios da Coroa. Aqueles, por direito, eram os proprietários das minas, mas, eram os emboabas que trabalhavam pelo resultado da massa aurífera.

A praça de guerra tinha todos os ingredientes. A história é muito bem conhecida, passando por Manuel de Borba Gato, José Vaz Pinto, Domingos da Silva Bueno. Em certo momento, Borba Gato acumulou as funções de Provedor e Administrador das Minas, exercendo um poder despótico, extorquindo e humilhando. Em contraposição, nasce um movimento de oposição aos excessos, resistindo ao arbítrio. Levantam-se os chamados indesejáveis, os forasteiros, sob a liderança de Manuel Nunes Viana. Mais de 2.000 homens se unem em torno dele, que, àquela altura, sofrera a ordem de banimento das minas.



Proclamado chefe dos revoltosos, assina um “bando” aceitando o cargo com o objetivo de proteger os forasteiros, não, porém, para cometer qualquer injustiça ou violência. Como diz Diogo de Vasconcelos, “combateria os excessos dos caudilhos que afligiam as povoações...” Organizou a administração, distribuindo funções e responsabilidades. Era um governo que, embora não contrário à Coroa, nascia bafejado de legitimidade, ou seja, oriundo da base popular.

Segundo o professor Raymundo Nonato Fernandes, “Esses acontecimentos, até hoje pouco pesquisados, trazem todas as sementes da liberdade e organização por que aspirou o povo mineiro.” E continua:

“Com esses episódios, começa toda a História que, no Séc. XVIII, o Brasil escreveu em Minas Gerais, História que mais tarde Hegel definiria como “o progresso da consciência da liberdade”. As forças emboabas ganharam todas as batalhas e a guerra civil, a primeira das Américas, terminou em 1709.”

Nunes Viana e os seus desalojaram os paulistas, depuseram o governante indicado pela Coroa, entronizaram um governo próprio, praticando decisões que seriam exclusivos da pena régia. Seu exército que, no começo, contava 2 mil homens, ao fim da batalha chegava a 10 mil. Sem dúvida, era o maior das Américas. Com a força militar à sua disposição e com total apoio popular, Nunes Viana enviou a Portugal um dos integrantes de seu governo, Frei Francisco de Menezes, cidadão respeitado e culto, para tratar das muitas reivindicações dos vitoriosos.



“ *O Século XVIII fez de Minas o centro econômico e cultural da colônia* ”



Assim, o ano de 1709 é marcante para a História Mineira e Brasileira. Aqui, porque o palco dos memoráveis acontecimentos e, no Brasil, porque se experimentava, pela vez primeira, o traço de sua identidade posto que afrontados os brios dos mandatários. Lisboa, ante a nova realidade, vislumbra uma solução que atenderia seus interesses e traria a paz para o território.

A Liderança Conciliatória: Antônio de Albuquerque

Ao identificar um quadro de oposições, paulistas contra emboabas, era urgente instituir um caminho quadro novo: a composição das forças opostas. Neste momento, surge uma figura talhada para a importante missão: Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, novo governador da Capitania de São Paulo e Minas. A ele foi recomendado ficar próximo das áreas mineradas para que exercesse sua autoridade e contivesse os possíveis conflitos. Sua escolha recaiu sobre o arraial do Ribeirão do Carmo e aí instalou seu governo. Numa atitude conciliatória, anistiou todos os revoltosos e partiu para Caeté para entender-se com Nunes Viana que, de fato, governava. Este encontro sela um dos momentos mais importantes da História nacional. O Governador por mandato régio reconhece e valida todos os atos do governante emboaba permitindo-lhe manter-se em armas. Daquele encontro, passa a existir uma sociedade que admite a autoridade, a ordem e a lei. Era a conciliação curando as feridas da guerra civil, podendo ser sentido um quadro de segurança em benefício do controle e da paz social e da retomada da produção mineraria.

Nunes Viana, embora resignatário dos poderes conquistados, uniu-se a Antônio de Albuquerque que o prestigiou conforme merecido, a ele e a seus liderados.

Nascem as Vilas: Mariana, a Primeira

A terra de ninguém e dos conflitos passou a ter um governo metropolitano e reconhecido pelo povo, mas era preciso consolidar a situação dando representação aos habitantes. Assim foi que, em seu governo iniciado em 11 de junho de 1709 e terminado em 13 de agosto de 1713, fundou as três primeiras vilas mineiras, iniciando seu ato em 8 de abril de 1711 com a Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, mais tarde, em 1745, cidade de Mariana.

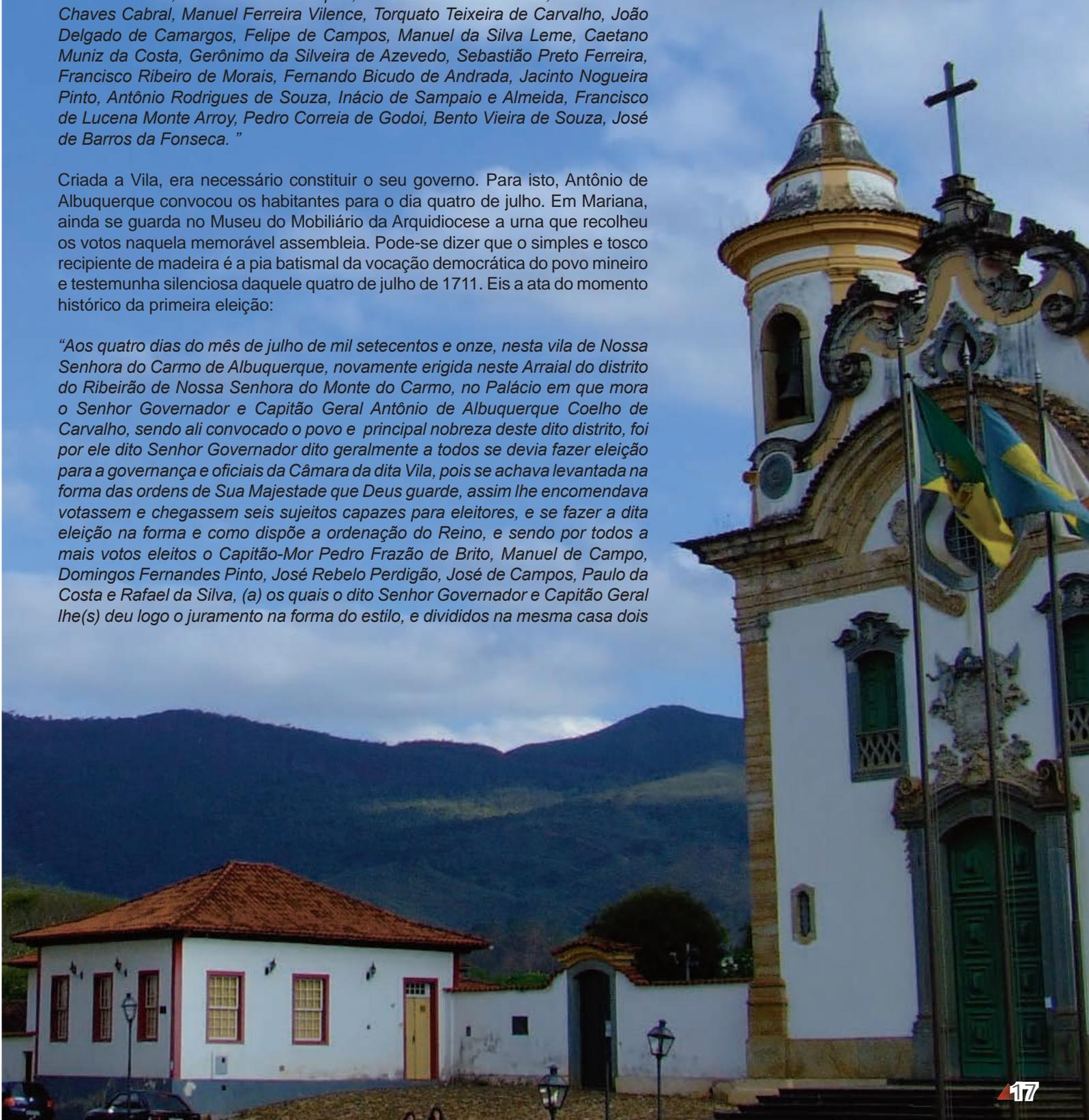
Dada a importância desta decisão, merece aqui serem transcritas as atas de instalação da Vila e da primeira eleição dos integrantes da Câmara.

“Aos 8 dias do mês de abril de mil setecentos e onze nas casa em que mora o Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, acham-se presentes em uma junta geral, que o dito Senhor ordenou para este mesmo dia, as pessoas e moradores principais deste distrito do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, lhes faz presente o dito Senhor que na forma das ordens de Sua Majestade que Deus guarde tinha determinado levantar uma Vila neste dito distrito, e Arraial, por ser o sítio mais capaz para ela, e que como para esta se erigir era somente e preciso concorrerem os ditos moradores para a fábrica de Igreja, elevando Câmara e Cadeia, como era estilo e pertencia a todas as Repúblicas, deviam eles ditos moradores, cada um conforme suas posses, concorrerem para o dito efeito com que aquele zelo e vontade que esperava de tão bons vassallos do dito senhor, e assim deviam neste particular dizer o que entendiam, sujeitando-se a viverem com aquela boa forma (a) que são obrigados. O que visto e ouvido por todos eles, uniformemente ajustaram e concordaram que eles desejavam viver neste distrito com Vila e forma de República, sujeitos às leis e justiça de Sua Majestade que Deus guarde e como leais vassallos concorrerem, conforme suas posses, para tudo que fosse necessário para se levantar a Vila neste distrito e Arraial de Nossa Senhora do Carmo, por ser a mais capaz, e assim ajudariam para se fazer Igreja, Casa da Câmara não só os presentes, mas também todos os mais da jurisdição deste distrito, a que não deviam faltar fiados, em que Sua Majestade que Deus guarde lhe ponha também aquela boa forma de justiça a que desejam viver sujeitos, e da mesma parte esperavam dele”

Senhor Governador que em tudo os ajudasse e protegesse e advertisse para que com todo acento se igualassem os seus procedimentos às obrigações de vassallos, e de como todos nosso sobredito convieram, assinaram aqui comigo, Manuel Pegado, secretário deste governo que escrevi este termo por ordem do dito Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Antônio de Freitas da Silva, Domingos Fernandes Pinto, José Rebelo Perdigão, Aleonor do Nr. di Sisão de Souza, Manuel Antunes de Lemos, Antônio Correia Ribeiro, Francisco de Campos, Félix de Azevedo Carneiro e Cunha, Pedro Teixeira Cerqueira, Rafael da Silva e Souza, José de Campos, Antônio Correia Sardinha, Bertolomeu Fernandes, Manuel Gonçalves Fraga, José de Almeida Neves, Jacinto Barbosa Lopes, Manuel da Silva e Souza, Bernardo de Chaves Cabral, Manuel Ferreira Vilence, Torquato Teixeira de Carvalho, João Delgado de Camargos, Felipe de Campos, Manuel da Silva Leme, Caetano Muniz da Costa, Gerônimo da Silveira de Azevedo, Sebastião Preto Ferreira, Francisco Ribeiro de Moraes, Fernando Bicudo de Andrada, Jacinto Nogueira Pinto, Antônio Rodrigues de Souza, Inácio de Sampaio e Almeida, Francisco de Lucena Monte Arroy, Pedro Correia de Godoi, Bento Vieira de Souza, José de Barros da Fonseca. ”

Criada a Vila, era necessário constituir o seu governo. Para isto, Antônio de Albuquerque convocou os habitantes para o dia quatro de julho. Em Mariana, ainda se guarda no Museu do Mobiliário da Arquidiocese a urna que recolheu os votos naquela memorável assembleia. Pode-se dizer que o simples e tosco recipiente de madeira é a pia batismal da vocação democrática do povo mineiro e testemunha silenciosa daquele quatro de julho de 1711. Eis a ata do momento histórico da primeira eleição:

“Aos quatro dias do mês de julho de mil setecentos e onze, nesta vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, novamente erigida neste Arraial do distrito do Ribeirão de Nossa Senhora do Monte do Carmo, no Palácio em que mora o Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sendo ali convocado o povo e principal nobreza deste dito distrito, foi por ele dito Senhor Governador dito geralmente a todos se devia fazer eleição para a governança e oficiais da Câmara da dita Vila, pois se achava levantada na forma das ordens de Sua Majestade que Deus guarde, assim lhe encomendava votassem e chegassem seis sujeitos capazes para eleitores, e se fazer a dita eleição na forma e como dispõe a ordenação do Reino, e sendo por todos a mais votos eleitos o Capitão-Mor Pedro Frazão de Brito, Manuel de Campo, Domingos Fernandes Pinto, José Rebelo Perdigão, José de Campos, Paulo da Costa e Rafael da Silva, (a) os quais o dito Senhor Governador e Capitão Geral lhe(s) deu logo o juramento na forma do estilo, e divididos na mesma casa dois



e dois, fizeram seus róis que, digo, assinados que apresentaram ao dito Senhor Governador, o qual conferindo-os, conformando-se com os votos, melhor conhecimento dos sujeitos, e atendendo ao mais conveniente (como consta dos mesmos róis), ficaram eleitos para servirem na Câmara o presente ano; para Juiz mais velho Pedro Frazão de Brito, e mais moço José Rebelo Perdigão, vereador mais velho Manuel Ferreira de Sá, 2º Francisco Pinto Almendra, 3º Jacinto Barbosa Lopes, e procurador Torquato Teixeira de Carvalho, e de como assim se fez, e finda a dita eleição, mandou o dito Senhor Governador e Capitão Geral dizer aqui este termo, que assinou, ordenando-me remetesse logo a cópia dele para ser registrado nos livros da Câmara assim que os oficiais dela a procurarem; e eu, Manuel Pegado, secretário deste governo o escrevi – Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho”.

A posse dos integrantes da Câmara, ou seja, do Poder Legislativo, se deu no dia 5 de julho, inaugurando um novo tempo no ordenamento jurídico e administrativo na região das Minas.

Outro documento que aqui merece transcrição é a Carta Régia, de 14 de abril de 1712 confirmando a criação da Vila e estabelecendo-lhe o nome definitivo de Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo.

“Oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo. Eu, El Rei, vos envio muito saudar. Viu-se a vossa carta de trinta e um de julho do ano passado em que me dais conta de ser essa a primeira que erigiu o Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho com o nome de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, em que pedis haja por confirmada a ereção dessa Vila e que vos conceda os privilégios que tem a Câmara da Cidade do Porto. E pareceu-me dizer-



“ *Nossas montanhas e vales ainda não eram vistos porque distantes muitas léguas das águas salgadas. Eis que alguns corajosos se embrenharam pelos territórios de ninguém, fazendo acontecer o novo tempo*



vos que hei por confirmada essa Vila, porém que não há de ser com a denominação de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, mas somente o nome da...e vos concedo que se possa intitular Leal Vila, e qua... que pedis, espero de vós que obreis com tal... meu Real serviço que mereçais vo-los com... Podeis esperar de minha Real grandeza. Escrita em Lisboa a quatorze de abril de mil setecentos e doze / Rei / para os oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, José de Freitas Serrão / João Teles da Silva.”

O episódio da Guerra dos Emboabas tornou nítida para a Coroa a necessidade urgente de se implantar uma organização administrativa e fiscal na região, o que garantiria os bons resultados da mineração a favor de Portugal. Daí, instalou-se o centro administrativo da Capitania, ou seja, a capital na Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo. Logo entendeu o Governador Antônio de Albuquerque a conveniência de instalar outras vilas, fazendo-o, ainda em 1711, em relação a Vila Rica (Ouro Preto, em 8 de julho) e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (Sabará, em 16 de julho). Na sequência, instalaram-se, de 1713 a 1718, a Vila Nova da Rainha (Caeté), Vila de Pitangui, Vila de São João Del-Rei, Vila de São José (Tiradentes) e a Vila do Príncipe (Serro).

Com a criação das Vilas, passaram a funcionar as Câmaras, exercendo os poderes executivo, legislativo e judiciário, havendo, porém, uma



autoridade maior exercida pelo Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro sediada na Vila do Carmo (Mariana). O tema merece muitas outras considerações, verdadeiros capítulos.

É de se registrar, no entanto, algo pouco conhecido e, por isso, quase não comentado, que é o fato de ter sido Mariana, quando ainda Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo, também Capital de São Paulo até 1720, ano do desmembramento em duas capitanias. Durante este período (1709-1720), foram Governadores da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, além de Antônio de Albuquerque, Dom Brás Baltasar da Silveira, Mestre-de-campo General dos exércitos, e Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar e, depois, Marquês de Alorna.

Abria-se, assim, um rosário de títulos de pioneirismos com que a História consagraria Mariana. A primeira vila e capital se tornaria também, em 1745, por ordem de Dom João V, a primeira cidade de Minas para sediar o Bispado autorizado pelo Papa Bento XIV. Em razão do seu foro episcopal, Dom João V designou o engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim para produzir a planta da futura cidade, fazendo dela o primeiro exemplar urbanístico brasileiro. Foi a única cidade de todo o período colonial, recebendo as demais esta titularidade após 1822, ano da Proclamação da Independência por Dom Pedro I.

O Rei de Portugal, ao decidir pela criação da cidade, volta a se referir à Vila, nominando-a, agora, Vila do Ribeirão do Carmo e justificando as razões de sua escolha como está na Carta Régia, de 23 de abril de 1745:

“(...) Atendendo a que a Vila do Ribeirão do Carmo é a mais antiga das Minas Gerais e que fica em sítio mais cômodo para a ereção de uma das duas catedrais que tenho determinado pedir a Sua Santidade, no território da Diocese do Rio de Janeiro, fui servido criar Cidade a dita Vila do Ribeirão do Carmo, que ficará chamando-se Mariana...”

O nome aludido foi assim determinado por Dom João V em homenagem à Rainha, sua esposa, D. Maria Ana d'Áustria.

Voltando às considerações do professor Raymundo Nonato Fernandes, seu texto, Minas: A Formação da Consciência, espelha com precisão a missão daquela Mariana do Século XVIII como púlpito ordenador das forças sociais na construção de um novo tempo. É sua afirmativa:

“Mariana se desenvolve, ao mesmo tempo em que exerce sobre o tumultuado universo humano das Minas o seu poder ordenador (...) Mariana é o lugar onde as minas começam encontrar o seu “logos” ordenador e as determinações que fluem dele para a organização da vida social, política e espiritual da Capitania”.

Comungando com o pensamento do mestre, é fundamental fixar e enfatizar esta missão ordenadora para o convívio das pessoas e base de configuração de um Estado, ou seja, povo, território e lei.

Por razões tais e pelas primazias muitas que Mariana ostenta, após verificar ser Minas Gerais o único da Federação a não comemorar uma data a lhe celebrar o nascimento, propus, em 1977, que uma lei estadual declarasse o “16 de julho”, consagrado como fundação de nossa primeira capital, Dia do Estado de Minas Gerais. Assim se fez pela Lei 7561/79, o que se firmou, em 1989, como Data Constitucional Mineira (Art.256 da Constituição).

Além do mais, o 16 de julho é um dia para a reflexão dos mineiros, respeitando o passado e desenvolvendo o presente para lançar as bases do futuro. Por isso, é sempre bom e oportuno recordar que os vereadores de Mariana, naqueles distantes idos do século XVIII, nos deixaram uma grande lição a que, infelizmente, não se obedeceu principalmente a partir da segunda metade do Século XX. Um acórdão do Senado da Câmara, hoje sob a guarda do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP), sediado no prédio do velho Seminário, estabelecia normas de estética urbana, do uso do solo e do patrimônio cultural da cidade. Por exemplo, eram proibidas as construções “junto à ponte de São Gonçalo, dita Ponte do Areião” para “não se desformosear a sobredita Ponte”. Vedavam-se também edificações junto à praia do Ribeirão do Carmo para “não lhe retirar a competente formosura”. Hoje, é uma regra empoeirada no despreparo e na consciência até de alguns governantes locais.

Fruto do planejamento urbano, algo praticamente impensável naquele século XVIII, esta cidade assistiu à trajetória da organização social com seus inícios marcados pela febre do ouro. Assistiu tomar forma o Estado que não teve infância após a violência das origens, desaguando na composição urbana. Presenciou o amálgama do equilíbrio nas relações humanas, gerando outras vilas e outras cidades. A força do direito implantava-se sobre o direito da força e cresciam os ingredientes da independência e da liberdade.



Pululava na alma de todos um quê de cidadania. Esses anseios dariam, como de fato deram, quase cem anos decorridos, na Inconfidência Mineira como um acontecimento natural e inevitável. Os inícios minerais, a expansão desta atividade até nossos dias, a evolução da agricultura, do comércio e da indústria, o desenvolvimento educacional e a consolidação cultural desenhariam, como desenhada está, a Minas Gerais das montanhas e dos vales. O trabalho cotidiano queimou a pele mineira, tornando-a resistente, persistente, perseverante. O rosto de Minas carrega os traços de equilíbrio, da composição e da ânsia libertária.

Ser mineiro não é só ter origem em Minas. Por tratar-se de um Estado nascido adulto, aqueles que lhe deram a conformação, foram oriundos de outras plagas. No entanto, se espiritualizaram com a alma de Minas, o que esperamos

aconteça sempre com todos os provenientes de outras terras. Celebrar, hoje, o tricentenário de nossas três primeiras Vilas é a grande oportunidade de reavivar a História Mineira e, neste contexto, mostrar a face do passado e do presente que sustenta a politicidade em suas características do equilíbrio, independência e liberdade; a essencialidade com seus traços de sobriedade, perseverança e resistência; o amor à vida e à arte; a espiritualidade que é a transcendência. São todos valores que compõem a alma de Minas, ainda que sejam muitas as Minas – como disse Guimarães Rosa. No entanto, há algo que as unifica: o sentimento de Minas.

* Presidente da Academia Marianense de Letras e
Diretor Executivo da Fundação Cultural e Educacional da
Arquidiocese de Mariana

Há um século, também com lançamento de medalhas, homenagem às, então, bicentenárias Vilas...

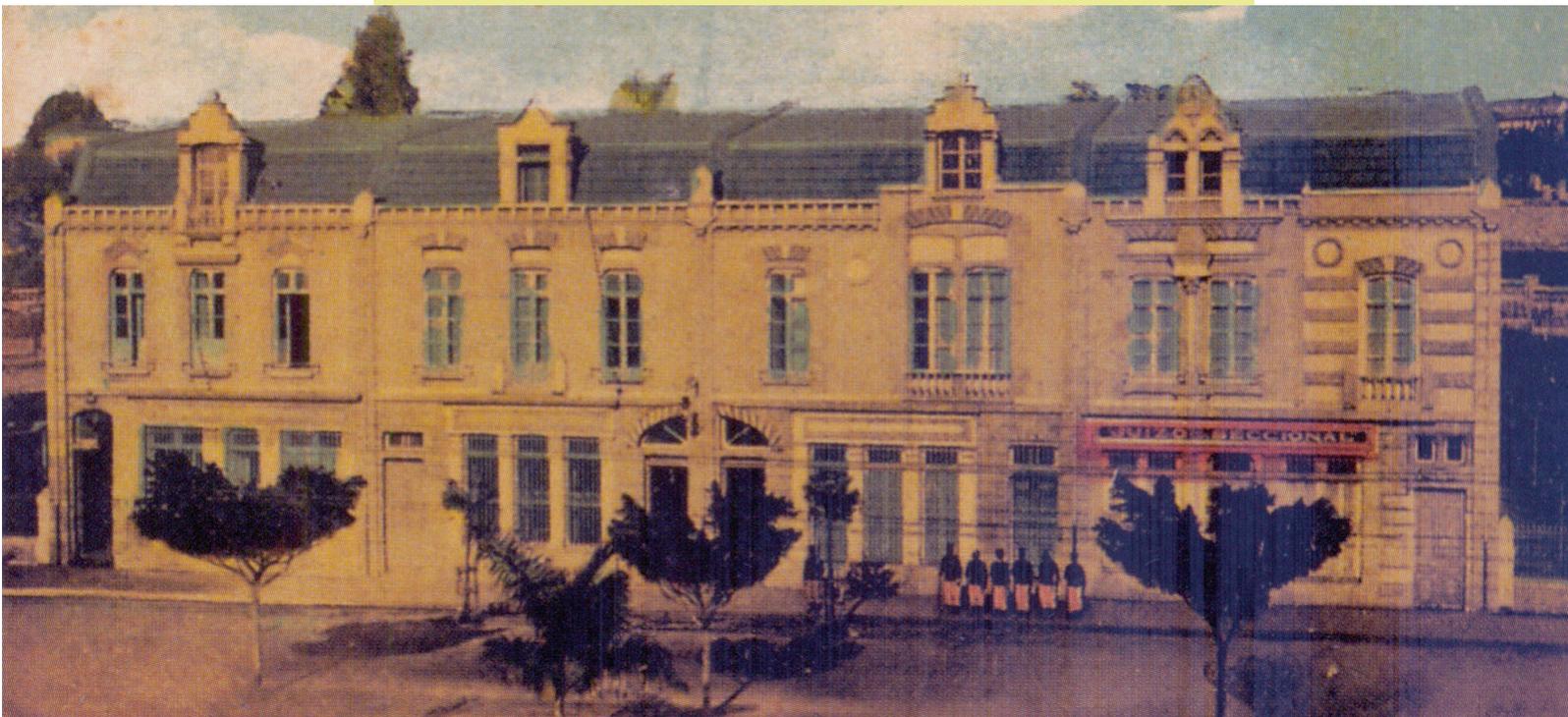
No ano de 1911, por ocasião dos festejos oficiais do bicentenário das três primeiras Vilas de Minas, ocorreu a confecção de medalhas comemorativas das efemérides. Abaixo reprodução de duas dessas medalhas em bronze, com 36mm de diâmetro, do acervo da coleção do Juiz Marcos Henrique Caldeira Brant, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e especialista em medalhística.



Lembrança Arquitetônica

Delegacia Fiscal do TESOURO NACIONAL

*por Ivo Porto de Menezes**



Assim era conhecido o imponente edifício que, por muitos anos, podíamos apreciar na Avenida Afonso Pena, esquina da Avenida Álvares Cabral, onde estavam abrigadas as diversas repartições do Ministério da Fazenda, em Minas Gerais.

Posteriormente, foi substituído pelo que atualmente ali se encontra, de linhas modernas, abrigando repartições do Ministério da Fazenda.

“ Assim era conhecido o imponente edifício que, por muitos anos, podíamos apreciar na Avenida Afonso Pena, esquina da Avenida Álvares Cabral, onde estavam abrigadas as diversas repartições do Ministério da Fazenda, em Minas Gerais

Cumpre, previamente, lembrar que, logo que necessário, para instalação das repartições do Ministério da Fazenda na nova capital que estava a se construir, Belo Horizonte, tornou-se necessário que fosse instalado em prédio provisório. Assim é que os necessários serviços foram abrigados no prédio dos senhores Romano Fonseca e Viana, assim como o Telégrafo e o Juízo Seccional, situado na Avenida Afonso Pena, fronteiro ao belo edifício dos Correios. Edificação bastante curiosa pela sua arquitetura, construída como que para abrigar diversas residências, apresentando sua cobertura em mansardas. Acentuada ainda pela disposição dos vãos do pavimento superior, o inferior apresentando elementos mais diversos, talvez modificações ocorridas, para abrigar residências, hall de atendimento no Juízo Seccional e maior segurança nas diversas janelas. Bem mais tarde foi demolido para ali ser erguido o Edifício Guimarães, recebendo a numeração Avenida Afonso Pena n. 952

Cedeu a Prefeitura Municipal, gratuitamente, a 14 de março de 1911, parte do quarteirão 36 da III Zona Urbana ao Governo Federal, para construção de edifício para abrigar a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. O terreno estava situado na Afonso Pena, esquina da Avenida



Álvares Cabral, local anteriormente aberto e ajardinado, junto aos alicerces do edifício do Congresso, que seria ali construído e que não chegou a ser realizado .

O projeto foi executado pelo arquiteto Francisco Izidro Monteiro, datado de 1922, conforme informa o historiador Abílio Barreto, enquanto cremos que com a participação de José Verdussen. Não seria errôneo lembrarmos de alguns artistas ativos à época de sua construção e referentes às decorações que apresentava o interior da edificação. Quem sabe poderíamos ter identificado autores de obras como estuque e papier maché, provavelmente executados pela equipe de Frederico Antonio Steckel, estuques da equipe de Ângelo Gentili, montagem da bela escada metálica pelo serralheiro Francisco Ferrari e mesmo alguma pintura de Amílcar Agretti, que contribuíram para diversas edificações melhormente cuidadas em nossa incipiente capital.

Na Avenida Afonso Pena nº 1316, desde 1929, temos conhecimento de que estava sediada a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, com seu telefone número 210. O telefone do gabinete do Delegado Fiscal tinha, em 1937, o número 4.324. Funcionavam ainda nesta edificação: o gabinete do Procurador Fiscal, a Contadoria Seccional, o Armazém de Encomendas Postais Internacionais, o





Serviço Regional de Coletorias, a Tesouraria e o Serviço de Controle de Pagamentos. A residência do Delegado Fiscal estava localizada, em 1945, na Rua Ouro Preto nº 847. Concluída a obra, a 6 de outubro de 1922 era inaugurado solenemente.

Arquitetura de pretensões neoclássicas, de fato, representava todo o pensamento daquela época, predominantemente buscando no que se convencionou determinar como arquitetura clássica e que, com as modificações introduzidas, preferimos chamar de arquitetura eclética. Altas janelas de verga reta no primeiro pavimento, de arco pleno no superior, regularmente distribuídas nas fachadas. A fachada para a Afonso Pena apresentada em sua parte central toda uma composição de arquitetura da época, com seu modesto frontão central, no qual estava esculpido o escudo da República, circundando superiormente toda a edificação vazada platibanda. Sob o frontão organizado em quatro colunas “de estilo” em seus panos de parede ornavam janelas rasgadas, levemente recuadas, com sua verga em frontões triangulares ou circular no caso da porta central. Balcão avarandado circular compunha o coroamento da pequena varanda de chegada com suas colunas.

Imponente escadaria de lances opostos permitia acesso ao pavimento principal. Amplo e cuidadosamente executado era o hall principal. Verdade é que alguns degraus formavam mais uma escada nobremente tratada para, do portão de entrada, se chegasse ao piso do hall. Escada metálica permitia subir ao pavimento superior. Porão de menor pé-direito tornava mais elegante a edificação.

No pavimento principal, balcões permitiam o fácil atendimento aos consulentes, piso em ladrilhos hidráulicos, pinturas cuidadas, prováveis ornamentações em papier maché.

“ *As colunas igualmente, para manterem o aspecto necessário ao “estilo”, eram circundadas por tijolos que permitiam capitéis de volutas* ”





No pavimento superior, lembramos que, na parte fronteira para a Afonso Pena, estava localizada a sala principal aonde se encontrava o gabinete do Delegado Fiscal do Tesouro Nacional. Ali estive algumas vezes em conversa com o professor Martim Francisco Ribeiro de Andrada, amável Delegado Fiscal e nosso professor na Escola de Arquitetura da UFMG. As fotos falam por si da arquitetura desta edificação, realizada em jardim que, anteriormente, ocupava a área.

Quando de sua demolição, que pude assistir, verificou-se que a construção apresentava curiosidades em sua execução. As colunas metálicas que suportavam a estrutura eram envolvidas por alvenaria de tijolo, para compor uma fachada ou ornar o principal hall, mais a gosto da época. As colunas igualmente, para manterem o aspecto necessário ao “estilo”, eram circundadas por tijolos que permitiam capitéis de volutas, plinto simples e fuste sem caneluras. Quando deveriam ser nichadas, as colunas eram substituídas por pilares igualmente nichados.



As paredes, devidamente construídas com as amarrações dos tijolos, como era costume de longa data, recebiam reforço por chapas que se apoiavam ao correr das paredes, a fim de assegurar resistência aos esforços obtidos pelo estiramento de barras metálicas e fixadas com suas porcas e contraporcas ou mesmo por soldagem, circundando principalmente toda a edificação em suas quatro fachadas. Este processo construtivo, garantindo solidez à obra, no entanto, exigiu cuidados especiais quando de sua demolição. Os tirantes, quando soltos pelos esforços a que estão submetidos, tornam-se como cordas de um instrumento musical que, esticadas para obter o efeito desejado, ao se romperem saltam com violência. Mais perigosos ainda os tirantes da construção, por serem de maior diâmetro e consequentemente submetidos a estiramento de maior esforço, podendo saltar em diferentes direções, atingindo e danificando outros elementos e mesmo ocasionando graves acidentes para os operários. Estas paredes, por certo, tinham sua espessura calculada conforme a fórmula de Rondelet. O acabamento das paredes, em argamassa, apresentava





rebaixos, como que formando grandes pedras que melhor coadunassem com a importância da construção, inclusive com o necessário encaixe inclinado se, na verdade, fosse construída de cantaria.

A escada que levava ao pavimento superior, em estrutura metálica, apresentava seus pisos em mármore, seu primeiro degrau em “degrau-convite de volta” com a coluna metálica para o guarda corpo devidamente trabalhada, sequencialmente distribuído o apreciável trabalho em ferro do “mainel”. As altas e largas janelas, envidraçadas em quase todo seu espaço, para facilitar a abertura, possuíam grandes bandeiras, igualmente envidraçadas. O pavimento inferior, aberto através de diversas janelas envidraçadas e guardadas por grades, permitia que aquela fachada, devidamente trabalhada em seus detalhes, fosse ressaltada pela sua elevação do passeio.

Passado não muito longínquo merece ser conhecido e apreciado, graças a cartões postais ou fotos religiosamente guardados.

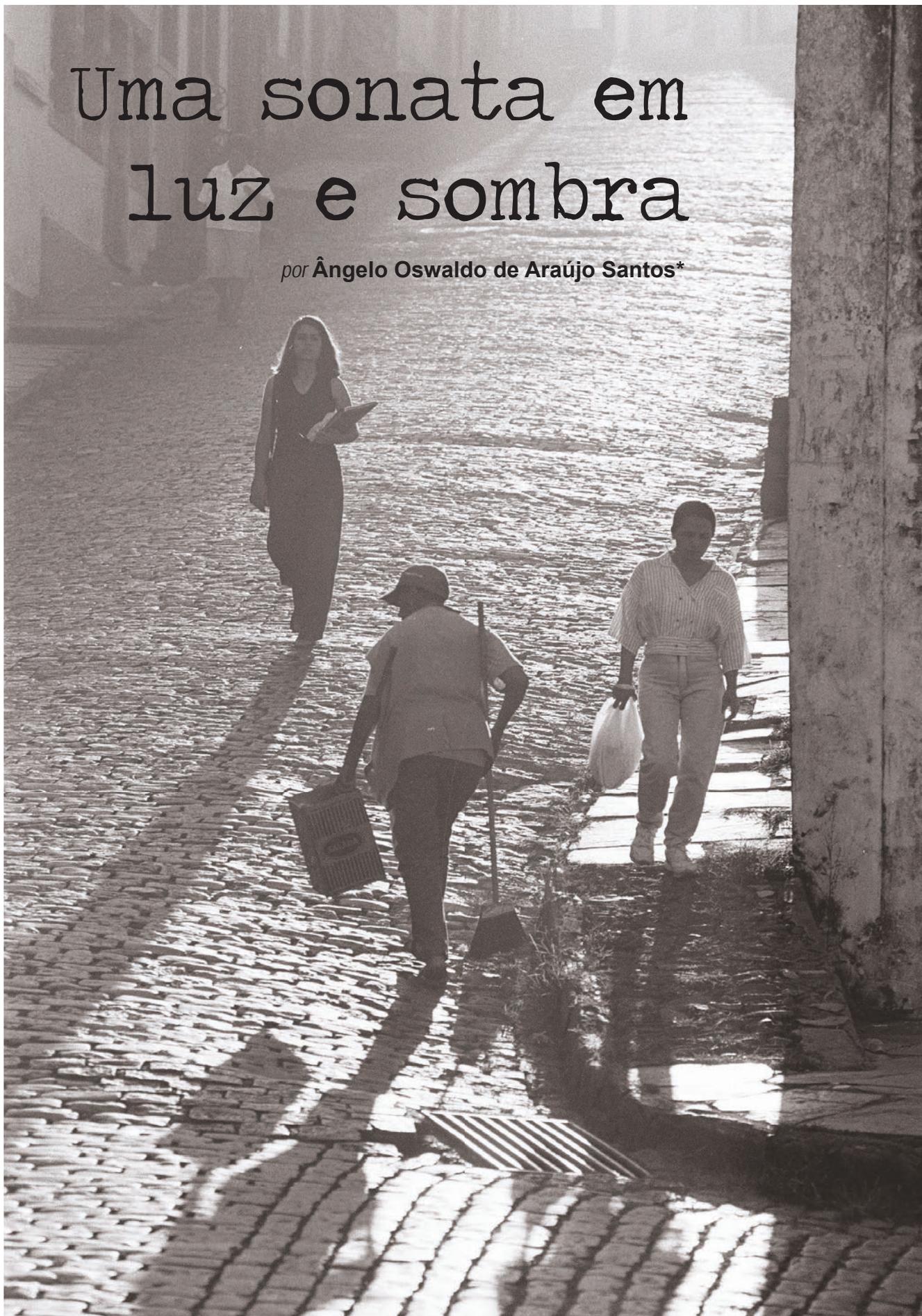
“ *As altas e largas janelas, envidraçadas em quase todo seu espaço, para facilitar a abertura, possuíam grandes bandeiras, igualmente envidraçadas*

*Engenheiro-Arquiteto. Professor Emérito da Escola de Arquitetura da UFMG. Professor da Escola de Minas da UFOP.



Uma sonata em luz e sombra

por Ângelo Oswaldo de Araújo Santos*





O fotógrafo Alexandre Martins apresenta um conjunto de imagens que produziu, ao longo de muitos anos, nas ruas de Ouro Preto. Arquiteto, o autor é íntimo do espaço urbano que perlustra com encanto, questiona a partir do olhar admirado e decifra, pacientemente.

Fotografar a cidade amada é, para ele, iluminar essa paixão e captar a vida que, como as avencas nas muradas de pedra seca, pulsa nos interstícios do monumento. À maneira de uma sonata, o fotógrafo rege o ritmo da luz em seu desempenho na cena de Ouro Preto. Cada movimento tem a autonomia de um andamento, mas se completam os quatro, indissociavelmente, na harmonia da obra composta.

No allegro inicial, o olhar percorre a paisagem, no prazer da contemplação de um espetáculo único e seus detalhes sem conta. A luz desperta os fragmentos, soleniza recortes, brinca e se diverte, entre surpresa e enlevô.



Segue o andante. Luz humana libera a sombra alada, que surge por entre a trama de pedras austeras. Fragmentos da noite se entrecruzam, no claro-escuro barroco em que se desdobra a cidade.

O scherzo traz desenhos em fuga pelas ladeiras e adros. A luz cai, as colunas acordam e dançam, imóveis, como no verso de Octavio Paz. Esboçam memórias na claridade do dia.

O grand finale da obra encena a vida que passa. Plasmada no tempo que não passou, a vida insurge, flui e desaparece, "under the window", se fazendo ouvir como no poema ouro-pretano de Elizabeth Bishop. Sombra de sonhos, a alma da cidade se revela no instante mágico da fotografia.

*Jornalista, escritor e ex-prefeito de Ouro Preto





Preservação

Linguagem dos Sinos

Patrimônio Nacional

por **Jairo Braga Machado***

No dia 03 de dezembro de 2009, o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reuniu-se no salão nobre da Prefeitura Municipal de São João del-Rei. Na pauta de trabalho, estava o registro oficial do Patrimônio Imaterial Toque dos Sinos em Minas Gerais, tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Serro e Tiradentes.

Justo reconhecimento a um legado cultural extremamente importante para a construção de uma identidade não apenas regional, mas, com certeza de abrangência nacional. Justo reconhecimento a um grupo social muito pouco ou quase nada lembrado e citado nos compêndios da nossa história oficial. Agentes da história que do alto das antigas torres vêm entoando seus toques servindo de elo com uma comunidade cuja religiosidade é fator fundamental de coesão social. Com seus toques e repiques, vão pontuando o cotidiano dessa antiga vila mineira.

A utilização dos espaços das torres pelos jovens representa a apropriação de um fazer história com muita consciência e emoção. Como num ritual de iniciação, jovens meninos, desafiam não só as alturas, como, também, o peso dos instrumentos de bronze que vão ganhando vida a cada toque, a cada badalada. Jovens que travam uma luta com esses gigantes de bronze, existindo sinos pesando quase uma tonelada e meia, promovendo um espetáculo digno de ser visto.

Portanto, a iniciativa do IPHAN em registrar e reconhecer a linguagem dos sinos e as atividades dos sineiros representa um marco fundamental nessa instituição que muito contribuiu para o fortalecimento da nossa identidade cultural. Mais do que badalar e repicar, os sineiros estabelecem um diálogo complexo que vem lá do alto com uma comunidade de tradições seculares.

São João del-Rei foi um dos primeiros núcleos tombados pelo então recém-criado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 04 de março de 1938. Esse fato ocorreu em reconhecimento à importância de seu conjunto arquitetônico como forte referência da cultura nacional. Sem sombra de dúvidas, a preservação do patrimônio arquitetônico muito contribuiu para o rico patrimônio imaterial também ser preservado.

Não podemos de deixar de reconhecer o papel fundamental das irmandades leigas na manutenção de seus templos e na realização de suas atividades religiosas. Reconhecer a participação dos moradores do centro antigo e como se apropriam dos espaços da cidade para manifestarem sua fé. Exercitando sua fé como princípio de direito à memória, fator decisivo no exercício da cidadania. Trazidas pelos portugueses, essas associações balizaram a



“ *Provavelmente logo que aqui chegaram os escravos, filiaram-se a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos e de São Benedito, criada em 1708* ”

Fotos: Eugênio Ferraz, Gustavo Ferraz, Flávio Peixe, SXC.hu

história religiosa das Minas Gerais. Cada irmandade era formada por grupos sociais distintos, senhores proprietários de datas minerais, militares, funcionários públicos, comerciantes e uma gama enorme de trabalhadores negros escravos cuja mão de obra era responsável por todas as atividades exercidas numa sociedade escravista.

Eram instituições portuguesas, transplantadas para o Brasil através do sistema de padroado régio, que estabeleceu a aliança entre o estado absolutista e a Igreja Católica. Essas associações religiosas, organizadas por irmãos leigos, tinham como finalidade propagar a fé católica, da assistência e sepultamento a seus associados, patrocinar construções de igrejas e promover festas religiosas.

As origens dos fundidores de sinos

O grande número de escravos, define muito bem a complexidade das etnias aqui aportadas; benguelas, minas, angolas, congos, constatados nos processos de inventários post-mortem do início do século XVIII, sob a guarda do Arquivo Histórico do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. Provavelmente, logo que aqui chegaram os escravos, filiaram-se à irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos e de São Benedito, criada em 1708. Em 1711, foi criada a irmandade do Santíssimo Sacramento que aglomerava os homens brancos e de posse. Como podemos notar, estas instituições tiveram papel fundamental na formação da sociedade mineradora, de irmandades religiosas (leigas), mas de muitas facetas e conhecidas por expressões latinas.

Além de serem responsáveis pelas construções de seus templos, as irmandades e ordens terceiras também tinham seus fundidores de sinos, tal era a importância da atividade sineira para a vida da vila mineira, conforme podemos constatar no livro de Efemérides de Sebastião Cintra em 04 de abril de 1759:

O fundidor José da Costa Carneiro ajusta com a Ordem de São Francisco a confecção de um sino de 15 arrobas de peso e de uma guarita com três arrobas de peso, tudo pela importância de 50 oitavas de ouro. A ordem forneceria o metal necessário.



“ *A ordem do Carmo ajusta com o dito fundidor a confecção a refundição de um sino e que o mesmo não passasse de 40 arrobas e o mesmo receberia pelo serviço três mil e seiscentos réis* ”

Como podemos observar, a tradição sineira da vila remonta o século XVIII, onde já aparecia a figura do fundidor. Essa prática persiste durante o século XIX. Francisco Bernardes de Souza tem seu nome ligado à confecção de vários sinos locais. Em 1º de fevereiro de 1812 escreve Cintra: “*A ordem do Carmo ajusta com o dito fundidor a confecção e a refundição de um sino e que o mesmo não passasse de 40 arrobas e o mesmo receberia pelo serviço três mil e seiscentos réis.*”

Francisco Bernardes exerceu essa função durante longos anos e ao o que tudo indica, foi o fundidor oficial no século XIX de São João del-Rei. Em seu inventário post-mortem (Inventário de Francisco Bernardes de Souza; São João del-Rei, 1852, caixa 267, Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN/SJDR) dentre outros objetos encontramos farto material para a fundição de sinos, como também, a presença de um instrumento já confeccionado. Observamos, também, a presença de um telheiro, provavelmente onde funcionava a fundição de seus sinos, conforme podemos constatar na lista de seus bens inventariados:

- *Uma bacia grande de cobre em bom uso com o peso de oitenta e cinco libras*
- *Um sino novo com o peso de três arrobas e vinte quatro libras*
- *Duas arrobas e trinta libras de cobre velho*
- *Duas arrobas e treze libras de cobre velho*
- *Quatrocentas e noventa e seis libras de bronze*
- *Onze libras de chumbo*
- *Duas arrobas e trinta libras de estanho.*
- *Bens de raiz*
- *Uma morada de casas térreas forradas e assoalhadas sitas na rua da Prata desta cidade com quintal, um telheiro e portão no beco do Chafariz e todos os seus pertences avaliada em cinco contos de réis.*

Apesar da linguagem do toque dos sinos nascer de uma matriz portuguesa, balizada pelo Código Canônico, a presença da herança africana é indiscutível. Os escravos oriundos da África traziam uma bagagem cultural extremamente rica. Tinham como suporte depositário, somente seus corpos. Traziam lembranças,



práticas culturais milenares com grandes avanços tecnológicos como a arquitetura e até mesmo, as técnicas de metalurgia (Joseph Ki-Zerbo). Através de seus corpos podiam reproduzir, recriar, dançar, cantar e resistir. O corpo funcionava como um instrumento fundamental para esses grupos étnicos que falavam diferentes línguas e dialetos. Por ser atividade manual, durante os séculos XVIII e XIX a atividade de sineiro era exclusiva de escravos. Isso permitia a eles não só perceber a vida da vila do alto das torres, dando ao observador condição estratégica e privilegiada, permitindo olhar a vila em sua totalidade geográfica. Os espaços das sineiras funcionavam como áreas de conversas reservadas, de tramas, de trocas de experiências e espaços de sonhos. Sem nenhuma dúvida era um momento de humanização espetacular, longe dos olhares sensores dos feitores, longe dos castigos físicos. Os negros nesses espaços regiam a vida civil e religiosa da vila com uma dignidade absoluta.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao decidir registrar a Linguagem do Toque dos sinos como patrimônio imaterial nacional, homenageia e reconhece essa forma de expressão cultural, de um dos grupos mais importantes da formação do povo brasileiro. Reconhece e valoriza a participação desses agentes da história.

Compõe esse rico legado cultural mais de vinte sete modalidades de toques totalizando quase trinta sinos espalhado pelas sineiras das centenárias igrejas de São João del-Rei e que fazem parte da paisagem musical da cidade. O viajante inglês, Richard Burton, em passagem pela cidade de São João del-Rei na segunda metade do século XIX, registrou de maneira singular essa manifestação:

“Em S. João ouvimos o bimbalar de sinos como em Oxford; o dia inteiro e metade da noite foram brindados com a voz dos bronzes, ora dobrando vagarosamente movidos pelas alavancas, ora com repique, toque de velocidade triplicada, em que o badalo é batido com a mão. Era uma fogueira de música, uma tempestade de sinfonia.”

Essas mais de vinte e sete modalidades de toques são executadas pelos quase trinta sinos existentes nas sineiras das antigas igrejas, das duas ordens terceiras, igrejas, e capelas da cidade. Os toques atualmente



“ Compõe esse rico legado cultural mais de vinte sete modalidades de toques totalizando quase trinta sinos espalhado pelas sineiras das centenárias igrejas de São João del-Rei e que fazem parte da paisagem musical da cidade





mais conhecidos são Angelus, Agonia, Partos (já em desuso), chamadas de irmãos, Festas em homenagens aos santos, Finados, Calamidades, Quaresma, Festa dos Passos, A Senhora é morta!, Toque de Exéquias, de Cinzas, das Trevas, Glória de Quinta Feira Santa, toques da Ressureição, de Te Deuns, de rasouras, de procissões de missas, de agonia, toque fúnebres e festivos.

Nos toques fúnebres são estabelecidos os toques por categorias; se homem, sob três séries de dobres de uma pancada, descaindo os sinos a cada série; se mulher, sob duas séries de dobres de uma pancada, descaindo os sinos de cada série e por aí vai. Existe também uma hierarquia bastante complexa quando se trata de enterros de religiosos, começando com quatro dobres para falecimento de sacerdote e quatorze para falecimento do papa. Um dos toques mais bonitos e complexos sem nenhuma dúvida é o Toque da Senhora é morta que ocorre no término da ultima novena do dia 13 de agosto; toque de matinas do trânsito de Nossa Senhora e abertura para o dia 14 de agosto. Inicia-se o repique na torre esquerda da Matriz Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar nos quatros sinos. Esse repique é executado até o Glória da missa da Assunção de Nossa Senhora no dia 15 de agosto, é executado de hora em hora a partir das 5 horas da manhã do dia 14 até o término da procissão do trânsito de N. Senhora da Boa Morte. Às 12h, 15h, 18h e durante a procissão, dobre duplo do sino da Boa Morte junto com repique. Ao Glória da missa solene, voltam a ser tocados os repiques festivos em todas as igrejas da Paróquia (VIEGAS, Aluízio José. Linguagem dos sinos de São João del-Rei. [palestra proferida na Universidade Federal de Ouro Preto]. Ouro Preto, 1990. [impresso].

Por tudo isso fica evidente o papel da Linguagem do Toque dos sinos como rico patrimônio cultural brasileiro, forjado numa sociedade de fortes influências barrocas e que chega ao século XXI sem perder suas raízes basilares. Muito ainda tem que ser feito para o reconhecimento desses agentes singulares da história e ainda há tempo. Porém o reconhecimento por parte do IPHAN representa um avanço e um importante passo dado, isto sim.

“*Existe também uma hierarquia bastante complexa quando se trata de enterros de religiosos, começando com quatro dobres para falecimento de sacerdote e quatorze para falecimento do papa*”



* Historiador responsável pelo Arquivo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/São João del-Rei, coordenador da primeira fase do projeto “Linguagem do Toque dos Sinos” e Diretor do Museu Regional de São João del-Rei

...ainda sobre a Inconfidência Mineira...

por **Marcos Paulo de Souza Miranda***

Nota da Redação:

Para não perder a conexão com o número anterior, especial sobre a Inconfidência Mineira, que apresentou, de forma inédita, a primeira imagem de um Inconfidente, deixamos para esta edição a continuação das informações do promotor Marcos Paulo, que nos brinda com outras informações sobre os conjurados...

No dia 21 de abril, a presidente Dilma Rousseff, acompanhada do governador Antonio Anastasia e do prefeito de Ouro Preto Angelo Oswaldo, entre outras autoridades, presenciou o sepultamento definitivo dos três Inconfidentes identificados pelo renomado especialista da Unicamp, professor Eduardo Daruge, cuja matéria já citada e entrevista exclusiva e pioneira compuseram a edição anterior.



José Resende Costa (pai)

Filho de João de Resende Costa e de Helena Maria de Jesus, foi batizado em 13 de julho de 1730 na Matriz de Nossa Senhora Conceição dos Prados. Casou-se com Ana Alvares Preto, natural dos Açores. Foi proprietário da Fazenda dos Campos Gerais, na Freguesia da Laje (hoje Resende Costa). Faleceu em 1798, sendo sepultado ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Natividade, em Cachéu, Guiné. Seus despojos foram exumados em 02 de novembro de 1932, a pedido do Cônsul do Brasil em Dakar, Dr. João Batista Barreto Leite, ficando por longa data na sede do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Em 1994 foram encaminhados para perícia na UNICAMP e no ano de 2011 repatriados para o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto.

João de Resende Costa (filho)

Nasceu em 1765 na Freguesia de Nossa Senhora da Penha da França da Laje (atual Resende Costa). Foi degredado por dez anos para Cabo Verde, onde ocupou cargos públicos de relevo. Em 1802 foi autorizado a se mudar para Lisboa e posteriormente regressou ao Brasil, onde foi eleito Deputado e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Instado a escrever sobre o movimento inconfidente, relutou em rememorar com detalhes os tristes momentos de privação sofridos na África. Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1841, sendo sepultado na Igreja de São Francisco de Paula. Em 1850 seus restos mortais foram trasladados para o Cemitério do Catumbi.

Histórica imagem, em 21 de abril de 2011, do sepultamento das ossadas dos três Inconfidentes identificados.
Foto: Wellington Pedro/Imprensa MG

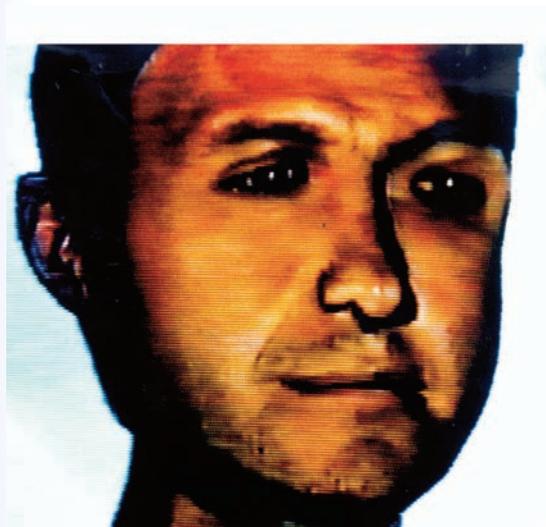


Imagem reconstituída de José Resende Costa pelo perito Eduardo Daruge, que possibilitou a visualização pioneira de um Inconfidente. (Matéria inédita e completa na edição nº 03 desta revista)

Luis Vaz de Toledo Piza

Natural de Taubaté, onde nasceu em 1739, era filho de Timóteo Correia de Toledo e de Úrsula Isabel de Moura. Mudou-se para São José del-Rei por volta de 1785, passando a viver em companhia de seu irmão Padre Carlos Toledo. Foi casado com Gertrudes Maria de Camargo. Degredado para o Presídio de Cambambe, posteriormente passou a viver em Luanda, onde faleceu por volta de 1807. Seus ossos foram repatriados ao Brasil em 1936.

Salvador Carvalho do Amaral Gurgel

Natural de Parati – RJ, onde nasceu em 1762, era filho de Salvador Carvalho Cunha do Amaral Gurgel e de Domiciliana de Jesus. Em razão de sua participação na Inconfidência, foi condenado a degredo perpétuo para Catalá, sendo posteriormente modificado para Inhabame. Era cirurgião e antes de seguir viagem para o solicitou que lhe fosse restituído um estojo de cirurgia, com cinco lancetas e ferros, porque ia “para uma terra estranha”, poderia precisar do estojo “para socorro de sua sustentação”. Em 1798 obteve um terreno para o plantio de palmeiras e árvores de espinho em Balane, Inhabame, onde também exerceu a vereança. Em 12 de junho de 1807 foi nomeado cirurgião-mor do regimento de infantaria da ilha de Moçambique. Foi nomeado físico-mor da capitania da Moçambique, Rios de Sena e Sofala em 1812. Mesmo alcançando elevada posição social no degredo, tentou obter autorização para retornar ao Brasil, mas não a conseguiu. Faleceu em 10 de outubro de 1812. Seus restos mortais foram exumados em 10 de setembro de 1936 do largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Inhabame e repatriados ao Brasil.

*Os impostos decorrentes da mineração
foram um dos motivos que levaram à
Inconfidência Mineira*

Tomás Antônio Gonzaga

Nascido na cidade do Porto em 11 de agosto de 1744, era filho do Desembargador João Bernardo Gonzaga e de Tomásia Isabel Clark. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ingressou na magistratura em 1778, sendo nomeado em seguida Ouvidor de Vila Rica. Em razão de sua participação no movimento inconfidente foi degredado para Moçambique. Em terras africanas casou-se com Juliana de Souza Mascarenhas, de tradicional família local. Faleceu em 25 de janeiro de 1810. Em 14 de outubro de 1936 seus restos mortais foram exumados do adro da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Cabaceira Grande e enviados ao Brasil.

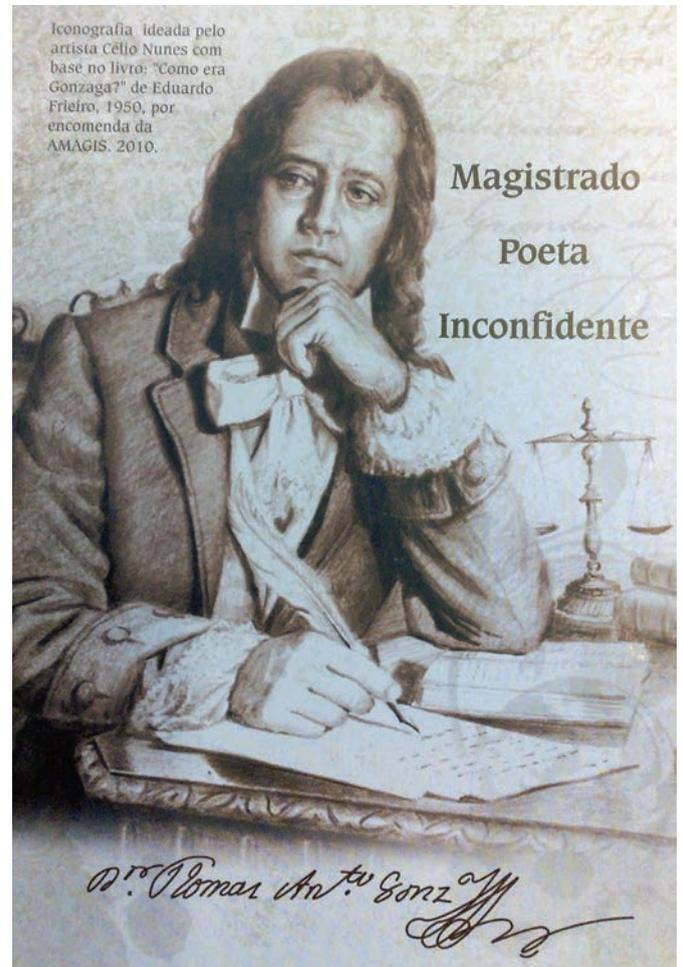
Vicente Vieira da Mota

Filho de Antônio Vieira e de Maria da Mota, era natural da Freguesia de São Nicolau, Porto, Portugal, onde nasceu em 1735. Foi guarda-livros (contador) de João Rodrigues de Macedo. Foi degredado para Rio de Sena (Moçambique), onde passou a exercer o comércio de marfim. Era chamado pelos nativos de “muzungo”. Faleceu em 1798 e foi sepultado no Cemitério da Vila de Sena, sendo seus restos exumados em 20 de setembro de 1936 e posteriormente remetidos ao Brasil.

Vitoriano Gonçalves Veloso

Natural de São José del-Rei, nasceu por volta de 1738. Residia na localidade denominada Bichinho. Foi alfaiate e também Alferes do Regimento Auxiliar. Degredado como inconfidente para Cabaceira Grande (Moçambique) foi também condenado a açoites, pois era mulato. Faleceu em 1803 e foi sepultado no cemitério anexo à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Cabaceira Grande. Seus restos mortais foram exumados em 03 de setembro de 1936 e repatriados ao Brasil.

*Promotor - Coordenador das promotorias de defesa dos patrimônios histórico, artístico e turístico de MG, membro do IHGMG



Rio São Francisco

por **Marco Aurélio Baggio** *

Nasce na Serra da Canastra, no município de São Roque, no oeste sul de Minas Gerais, muito perto do curso de outro majestoso rio mineiro, o Rio Grande.

Logo despenca 80 metros na Cachoeira Casca D'anta.

Inflète para o norte, ao longo do planalto mineiro, em curso paralelo distante 500 a 600 km do Oceano Atlântico. Atravessa o carste mineiro, junto com seu principal afluente, o Rio das Velhas. É o 23º rio em extensão do mundo, percorrendo cerca de 2.800 km, sempre dentro do território brasileiro. Divide-se em três partes.

Da nascente até as corredeiras de Pirapora, percorre área de mineração de ferro e de cimento e de industrialização avançada, em cuja bacia do rio das Velhas situa-se Belo Horizonte, pujante capital mineira. Nesse trecho, inclui a barragem, a usina hidrelétrica e o lago de Três Marias. Este primeiro segmento do rio percorre 640 km.

De Pirapora a Juazeiro na Bahia e Petrolina, em Pernambuco, são cerca de 1.300 km. O médio São Francisco é o mais importante do Velho Chico, uma vez que, nesse trecho, uma variada e intensa navegação fluvial permitiu a integração do interior mineiro com o interior baiano e com todos os estados do nordeste brasileiro. Nesse mar interior uma rica cultura teve lugar.

O terceiro trecho vai de Juazeiro até a foz, num total de 208km. Aí se situa o complexo de represas, cachoeiras e usinas de Paulo Afonso. Mais abaixo, encontra-se o complexo de Xingó.





A bacia do rio São Francisco abrange 641 mil km². Recebe 78 afluentes pela margem esquerda e 90 afluentes pela margem direita.

Possui quatro lagos de barragem: Três Marias, Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó. Suas águas geram cerca de 10 milhões de quilowatts, cerca de 13% de toda a energia elétrica hidráulica do Brasil.

Paulo Afonso 4000 MW, Xingó 3160 MK, Sobradinho 1050 MW, Itaparica 1500 MW e Três Marias 390 MW.

Seu débito na foz alcança 2.900 m³ de água na cheia. Minas Gerais, a caixa d'água do Brasil, fornece 75% da água do São Francisco através de seus afluentes os rios Indaiá, Abaeté, o Pardo, o Pandeiros, o Paracatu, o Urucuia, o Carinhanha, em Minas; e na Bahia, o rio Corrente, o rio Grande. E pela margem direita, recebe o Jequitaí e o portentoso rio das Velhas, além do Verde Grande.

No trecho médio do São Francisco surgiram as barcas com remeiros, barcos com suas feias carrancas apotropaicas. São figuras de proa que servem para identificar a embarcação, decorá-la e, acredita-se, espantar os maus espíritos e os seres mitológicos malignos que porventura povoam suas águas. A partir de 1870, teve início a era do navio fluvial à vapor, o primeiro sendo o "Saldanha de Gama." Dezenas de vapores fizeram a história e a prosperidade ribeirinha no São Francisco. A última gaiola, o Benjamim Guimarães, enobrece Pirapora e ainda presta serviços turísticos. Cerca de 45 vapores singraram o São Francisco de 1870 a 1950.

“ São figuras de proa que servem para identificar a embarcação, decorá-la e, acredita-se, espaventar os maus espíritos e os seres mitológicos malignos

Possibilitou também um século de prosperidade em Portugal: Palácio Real de Queluz, Biblioteca da Universidade de Coimbra e o portentoso Palácio Convento de Mafra. E permitiu a Revolução Industrial Inglesa.

Fernão Dias Paes Leme, saindo de Taubaté para o norte, desbravando o interior até Itacambira e Matias Cardoso, proveniente da Bahia, pelo rio, são os dois desbravadores de Minas Gerais.

Em Jaboticatubas, criou-se o primeiro educandário para moças, o convento da Macaúbas.

A população da bacia do rio São Francisco desenvolveu tipos humanos peculiares:

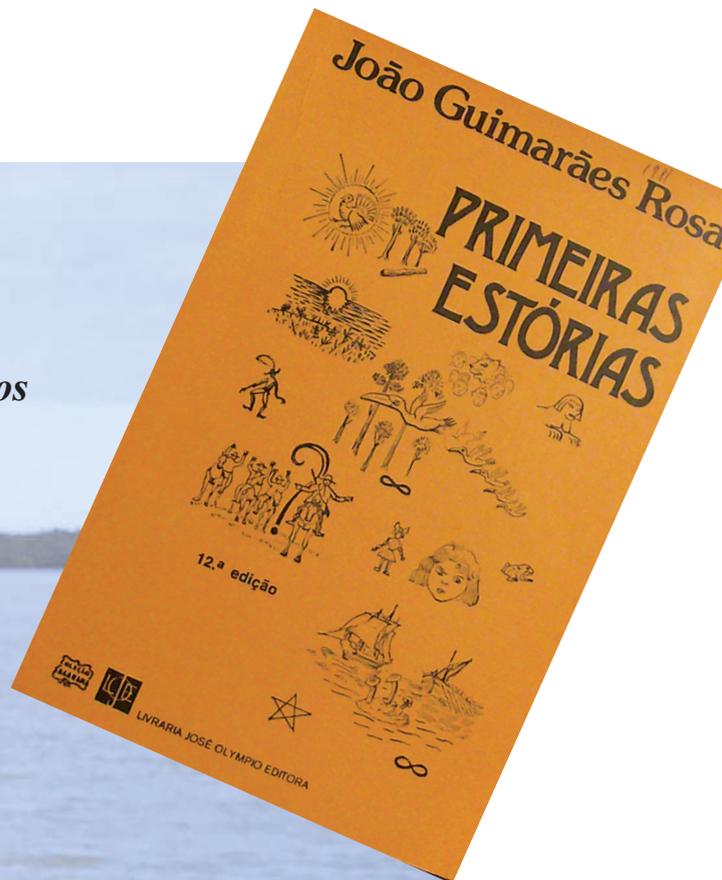
O barranqueiro, o tropeiro, o pescador, o canoeiro, o remeiro, o artesão, o vapozeiro, o comerciante, a lavadeira, e tantos outros...

O folclore da região é dos mais ricos e expressivos do Brasil.

Dois projetos implantados já dão excelentes resultados. Em Petrolina, Pernambuco, e em Jaíba, Minas Gerais, a irrigação permitiu a produção farta de excelentes frutas tropicais para exportação.

A transposição de parte do caudal do São Francisco para o semi-árido nordestino avança, gerando controvérsias e polêmicas.

Guimarães Rosa situa o maior romance da literatura luso-brasileira no espaço do rio São Francisco.



**“O São Francisco
partiu minha
vida em duas”,
como disse
o mestre em
Grande sertão:
veredas.**

“O São Francisco partiu minha vida em duas”, como disse o mestre em Grande sertão: veredas.

Do lado direito do eixo ordenador do rio São Francisco, situa-se o sertão, onde Joca Ramiro comanda. Do lado esquerdo, estão os Gerais, onde Medeiro Vaz reina.

O rio São Francisco é citado 48 vezes no Grande sertão: veredas. Axis mundi do romance.

“O rio das Velhas é pouso do pássaro manuelzinho-da-crôa”.

“O rio Urucúia, o chapadão derredor dele”

A bacia do rio São Francisco e sua pujança em volume de águas provém das veredas no território mineiro. Veredas são olhos d’água onde o lençol freático aflora em fontes e belas lagoas, originando cursos d’água. Nas veredas, abunda a vida. Suas margens são pontuadas por fileiras de buritis. “Um buriti-tetéia enorme”.

As veredas são as caixas d’água que abastecem a bacia do rio São Francisco. Vereda é vida em estado pleno.

A partir do norte de Minas e por todo o resto do curso, o bioma cerrado é que prevalece. Semi-árido. Já no norte da Bahia, divisa com Pernambuco, o rio atravessa a caatinga. Vidas e povos. O São Francisco é o eixo civilizador do Brasil.

* Psiquiatra, presidente emérito do IHG.MG e da Arcádia de MG; é o presidente da Sobrames

São Lourenço

A “capital” brasileira do “meio ambiente”

por **Eugênio Ferraz***



A cidade do sul de Minas, celebrando a água, transformou-se, entre os dias 19 e 22 de março, de tal forma que já é conhecida como a capital brasileira do meio ambiente.

Tudo começou quando a ensaísta Ivanise Junqueira idealizou um evento que marcasse a cidade e chamasse a atenção para a bela estância hidromineral do sul de Minas Gerais. Idéia posta, projeto feito e levado ao prefeito e aos vereadores, todos, unidos, vislumbraram o potencial para a cidade. Convidado, o governador de Minas aderiu de imediato!

Não se podia imaginar, pouco mais de 40 dias antes – início do planejamento junto à prefeitura e à empresa Executiva – que a repercussão fosse tão grande, positiva e envolvente para São Lourenço. Tanto que dias depois, no aniversário de emancipação da cidade,

todas as comemorações também tiveram como motivo o meio ambiente.

Conhecida pela Qualidade de Vida, pelo Bem Viver, pelas suas belezas naturais e atrações variadas, São Lourenço agora distingue-se na vanguarda da sustentabilidade, da defesa do meio ambiente, pela preservação de suas águas minerais únicas.

O impacto da iniciativa foi tamanho que já fixou a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, em sua primeira edição, chamada de Medalha das Águas, como um dos grandes eventos de Minas Gerais e do Brasil.

Presentes para a cidade e para os agraciados, grandes shows antecederam a entrega da comenda. Orquestra de Câmara de São Lourenço, o genial Marcos Vianna



e sua Transfônica Orquestra, além de Flávio Venturini e convidados encantaram nas duas noites anteriores.

O governador Antonio Anastasia fez o trajeto do aeroporto até a cidade no famoso “**Trem das Águas**”, com muita música marcaram presença e misturando a enorme lua cheia com o lento resfolegar da Maria Fumaça – uma das poucas no mundo movida a vapor d’água.

Ainda na noite de sábado, a apresentação da gravura símbolo da primeira edição da comenda e o lançamento da revista **Memória Cult** agitaram a Galeria Paiva Frade em coquetel para os agraciados e convidados que dali partiram, juntos, para o show da noite. A cidade, toda enfeitada, surpreendia a todos, nas boas vindas.

No grande dia, após passeio pelo belíssimo Parque das Águas, onde o governador retomou lembranças de infância, iniciou-se a prestigiada cerimônia de outorga da comenda, que teve como orador oficial o presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente – Abrampa – Jarbas Soares Júnior. O primeiro escalão mineiro estava presente: o chefe do executivo, governador Antonio Anastasia; o presidente Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro; o presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Renato dos Santos Costa; o chefe do Ministério Público Estadual, Alceu José Torres Marques. Os poderes militar e eclesiástico se fizeram representar pelo General Ilídio Gaspar Filho, chefe da 4ª Região Militar, e pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Geraldo Lyrio Rocha.

Secretários de Estado, deputados estaduais e federais, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Curt Trennepohl; empresários como Paulo Simão, presidente da Câmara da Construção Pesada; Edson Ebzawa, presidente da Nestlé Waters; Marcelo Landi Matti, diretor geral da Rede Globo Minas; Fabiano Rogério de Freitas, diretor executivo da Record Minas, entre outros, prestigiaram o evento. Veja tudo no portal www.comendaambiental.com.br, inaugurado dias antes do evento e continuamente atualizado.

* Chanceler da Comenda e diretor executivo da **Memória Cult**





Trechos do discurso do orador oficial, Jarbas Soares Júnior

“Embalados pelos mesmos ideais e sonhos de mudanças de atitude que um dia moveram “aquele herói enlouquecido de esperança” e os Inconfidentes, e como num retrato em cores do que ocorreu em 1952, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, então sob a inspiração da genialidade de Juscelino Kubitschek, os Mineiros se reúnem novamente, tendo à frente o seu Governador; o Professor Antonio Augusto Anastasia, agora no Parque das Águas de São Lourenço, unidos pela esperança e pela fé, para celebrar a sustentabilidade ambiental, e seus princípios universais, como um valor tão caro à sua gente como foi, há mais duzentos anos, a conquista da liberdade.”

...

“estamos aqui juntos, no início das comemorações do Dia Mundial da Água, o Poder Público e a Sociedade, em São Lourenço, majestosa estância hidromineral do Brasil, neste estado ambientalmente também tão solidário com o nosso o País, para reafirmar os nossos compromissos com a vida, com a humanidade e com o futuro das próximas gerações. Nada mais acertado e oportuno; meus amigos, eloqüente, comovente e emblemático do que o fato de estarmos aqui, de coração e alma, em São Lourenço; em Minas Gerais !”

...

“O mesmo apelo que também faz, como fez, em 2004, com inesquecível Dom Luciano Mendes de Almeida, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com sincera autoridade e propriedade, agora sob a liderança de Dom Geraldo Lyrio Rocha, Arcebispo da nossa Mariana, aqui presente, com a Campanha da Fraternidade de 2011, recém-lançada.”

...

“Acredito, Professor Anastasia, que o exemplo de Minas pode inspirar o Brasil a apostar no diálogo, continuar lutando por um Mundo melhor e a transformar os nossos sonhos em realidade; e para que essa realidade reflita exatamente a coerência entre o que queremos, o que fazemos e o que esperamos de cada um, o que Mahatma Gandhi, na imensidão de sua sabedoria, ensinara : “que cada um seja a própria mudança que quer ver no Mundo”.

...

“Viva São Lourenço, a Capital Nacional da qualidade de vida e, também agora, do meio ambiente.

Oh! Minas Gerais, a “caixa d’água” do Brasil.

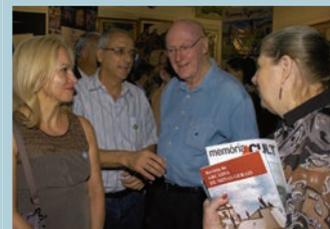
Como no sonho de liberdade de ontem, Mineiros, cuidemos das coisas de Deus: da água, da flora, da fauna, do solo, do ar e, para não esquecer das lições de Hugo Werneck, do homem e das suas necessidades.

Ontem e hoje, liberdade, liberdade, liberdade !

Viva Minas Gerais!”



Galeria





Terra, planeta água!

por **Petrônio Souza Gonçalves** *

Há uma idéia equivocada bradada Brasil afora de que Minas Gerais é .a caixa d'água do Brasil. Caixa d'água é uma coisa inanimada, sem vida, reservatório apenas, reles recipiente. Minas é mais. Minas é o manancial do Brasil, o nascedouro, a mina em que além de água, brota arte, cultura e tantas outras coisas mais. Aqui nascem rios perenes, integradores, gigantescos pela própria natureza de ser mineiro e mineral, com suas águas alimentando o Brasil inteiro.

Sabendo disso e querendo levar essa consciência cívica Brasil afora, o casal astral e cultural, Eugênio Ferraz e Ivanise Junqueira, criaram a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, uma homenagem prestada pela aprazível cidade turística do Sul de Minas às pessoas que contribuíram, de alguma maneira, pela preservação da vida no planeta azul.

Para lá fomos todos, em busca da água mágica do sul de Minas, aquela que lava o corpo e cura a alma. Até bem pouco tempo, médicos receitavam para os veranistas, quanto tinha apenas doenças do corpo, uma receita simples e redentora: cinco dias de descanso tomando e se banhando nas águas sulfurosas de São Lourenço, além de tranqüilas caminhadas tarde adentro... Depois, vieram as doenças da alma. Essas, os médicos não sabiam curar.

Assim, as águas abençoadas de São Lourenço e uma tradição que se deveria preservar, foram se evaporando ao sol intenso de um mundo que não respeita a vida e insiste em destruir a natureza, em contaminar as águas, em fazer cinza o nosso lindo e infindo planeta azul...

Agora, todo ano, renovando nossa consciência cívica, nossa profissão de fé em valorização e preservação da vida, São Lourenço se torna a capital mundial do meio ambiente, dando ao mais consciente visitante, sua instituição mais alta, a Comenda do Mérito Ambiental.

Que seja esta, a renovação de valores nobres, de valores que preservem a natureza, a vida na terra, uma nova forma de olhar e se integrar com o mundo, com mais pureza, leveza e a beleza nos seguindo por toda parte. Talvez seja essa, a nossa pequena contribuição com nossa adorável casa, essa que chamamos de terra, e que no fundo, no fundo, é mesmo água.

* Jornalista, poeta e escritor; assessor de imprensa da Amirt e da Academia Mineira de Letras



Todo o Brasil em
um único lugar...



iNDIC
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO CULTURAL



O **Centro Universitário Newton Paiva** oferece todo o suporte para que você tome as decisões certas e conquiste seus objetivos.

Faça a escolha certa. E diminua a distância entre você e o mercado.



QUEM
SE PREPARA,
NÃO PARA.

www.newtonpaiva.br
0800 942 9800

Campus Buritiz: R. José Cláudio Rezende, 420 - Estoril
Campus Carlos Luz: Av. Pres. Carlos Luz, 220, 650 e 800 - Caiçara
Campus Silva Lobo: Av. Silva Lobo, 1730 - Nova Granada